PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BACHARELADO EM DIREITO

COORDENADOR
Prof. Me. FERNANDO VIDOTTI FAVARON

Monte Aprazível, janeiro de 2019

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA	
IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	
1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.	
1.2. Objetivos do curso.	
1.3. Perfil profissional do egresso.	
1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).	
1.5. Conteúdos curriculares.	
1.6. Metodologia.	
1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	
1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	
1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	
1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	
1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	
1.12. Apoio ao discente.	
1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	
1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	
1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	
1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	
1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que	

ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	
1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC.	
1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	
1.20. Número de vagas.	
1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.	
1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.	
1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.	
1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	
2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL	
2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.	
2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	
2.3. Atuação do coordenador.	
2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso.	
2.5. Corpo docente: titulação.	
2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.	
2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura.	
2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica.Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.	
2.9. Experiência no exercício da docência superior.	
2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais.	
2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais.	
2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	
2.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais.	
2.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na	

modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	
2.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	
2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	
3. INFRAESTRUTURA	
3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	
3.2. Espaço de trabalho para o coordenador.	
3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.	
3.4. Salas de aula.	
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	
3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	
3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).	
3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.	
3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC.	
3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos.	
3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	
3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	
3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	
3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC.	
3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	
3.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.	
3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para	

todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.	

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

NOME: Associação de Ensino Dom Bosco de Monte Aprazível

CÓDIGO e-MEC: 157

ENDEREÇO: Rua Augusto Chiesa, 679 – Centro
Telefones: (17) 3275 9660
site: http://www.faeca.com.br
CEP: 15.150-000 – Monte Aprazível - SP
CNPJ: 45.145.034/0001-02
Data da abertura (Receita Federal): 15/03/1972
Natureza Jurídica: Associação Privada Sem Fins Lucrativos

PRESIDENTE DA MANTENEDORA: Iracema Maria Siconelli
RG: 8.269.090-X
CPF: 025.677.378-55

REPRESENTANTE LEGAL: Iracema Maria Siconelli
RG: 8.269.090-X
CPF: 025.677.378-55

IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA

NOME: Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível

SIGLA: FAECA Dom Bosco

CÓDIGO e-MEC: 219

ENDEREÇO: Rua Augusto Chiesa, 679 – Centro
Telefones: (17) 3275.9660
e-mail: dombosco_faeca@hotmail.com
CEP: 15150.000 – Monte Aprazível – SP
site: http://www.faeca.com.br

IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

DIRETOR: Vanderlei Pereira
RG: 8.950.096-9
CPF: 018.944.188-75
e-mail: Vanderlei@faeca.com.br

VICE-DIRETORA: Elis Regiani Pereira Orpinelli
RG: 34.161.055-0
CPF: 302.286.788-38
e-mail: Elis_rpo@hotmail.com

COORDENADOR GERAL: João Angelo Segantin
RG: 24.502.464-5
CPF: 184.460.688-00
e-mail: João-angelo@hotmail.com

PESQUISADOR INSTITUCIONAL: João Angelo Segantin
RG: 24.502.464-5
CPF: 184.460.688-00
e-mail: João-angelo@hotmail.com

SECRETÁRIO ACADÊMICO: Fabrício da Silva
RG: 26.848.110-6
CPF: 272.8182198-54
e-mail: dombosco_faeca@hotmail.com

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO: Direito

GRAU: Bacharelado

CÓDIGO DO CURSO NO e-MEC: 95.956

ENDEREÇO: Rua Augusto Chiesa, 679 – Centro
Telefones: (17) 3275 9660
site: http://www.faeca.com.br
CEP: 15.150-000 – Monte Aprazível - SP

COORDENADOR DO CURSO: Prof. Me. Fernando Vidotti Favaron
RG: 19.777.247 SP
CPF: 202.763.668-40
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5441458115871721
e-mail: fvfavaron@hotmail.com

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Toda Instituição de Ensino Superior (IES) deve oferecer oportunidades para sua clientela específica reconhecer-se, como seres humanos, e compreender que a mola propulsora do crescimento pessoal e coletivo é a criatividade, e que é no ser humano que ela se instala como uma qualidade própria: o ser humano é o lugar da criatividade, logo, o ser humano é empreendedor do seu sucesso ou de seu fracasso.

Mais do que qualquer área do saber, as Ciências Sociais, onde se insere o Curso de Direito, devem cuidar do resgate dos valores, aqueles que fazem parte do ser humano e da vida e, assim, o Curso de Direito da Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível busca trabalhar os valores intelectuais, morais e espirituais, para realizar o compromisso com a justiça e a cidadania, incluindo-se na missão institucional: "*oferecer ensino de qualidade a todas as classes sociais, principalmente às menos providas e marginalizadas pela sociedade, buscando formar profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da cidade, da região e do país: homens e mulheres capazes de criar coisas novas e não meros repetidores do que já existe no campo da educação, ciências e artes*".

Entendendo o Direito como a ciência das normas que disciplinam as relações entre os indivíduos e a sociedade, entendemos, também, que o profissional desta área pode optar pela advocacia ou qualquer outra carreira do seguimento jurídico ou não. Atualmente, há boas oportunidades no setor privado em áreas como Direito Autoral, Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito do Consumidor e Empresarial. Além disso, no setor público é realizada, todo ano, uma série de concursos para cargos de promotores, defensores públicos, delegados e juízes, entre outros, não ligados à carreira jurídica, mas para os quais o bacharel em Direito está mais qualificado.

1.1. * Políticas institucionais no âmbito do curso.

A FAECA Dom Bosco de Monte Aprazível, desde sua primeira Turma de Direito, instalou em 11 de Agosto de 2009 e mantem até os dias atuais o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, para se fazer cumprir a Resolução CNE/CES n° 9 de 29 de setembro de 2004, tendo por finalidade o cunho acadêmico, onde o discente do Curso de Direito, para concluir o estudo, está obrigado a passar por ele.

É consenso jurídico, educacional e social a importância da instalação e funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica, pois, além de possuir o caráter acadêmico, contribui para a boa formação do futuro profissional de Direito, onde o mesmo irá aplicar seu conhecimento aprendido em sala de aula, na prática forense.

As atividades forenses a serem desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica são realizadas, entre outras formas, por meio da prática real das demandas judiciais que se originam na prestação de **Assistência Jurídica Gratuita** à população economicamente carente, ou seja, àquelas pessoas que comprovarem não reunir

condições de pagar os honorários advocatícios e as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento e do familiar, conforme dicção da Lei nº 1.060/50 e do novel Art. 98 do CPC, confirmando assim à sua importância social. Pode-se concluir, portanto, que o Núcleo de Prática Jurídica quando executa a função tanto de consulta como da própria assistência jurídica, serve para contribuir na formação de um bom profissional do Direito, oportunizando que o acadêmico sinta na prática como funciona sua profissão.

Ademais, o Curso de Direito, desde seu início, buscando sempre viabilizar novas fronteiras jurídicas aos seus discentes, firmou **parcerias** e **convênios** com grandes instituições do mundo jurídico, em especial o Convênio com o **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** para implantação e desenvolvimento de atividades de conciliação/mediação junto ao **CEJUSC** – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do foro da Comarca de Monte Aprazível, abrindo-se a oportunidade para que os alunos do Curso de Direito, juntamente com os Professores da IES, pudessem atuar nessa seara do Direito.

Não menos importante foi o Convênio firmado com a **Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, por meio do qual foi instalado o primeiro Núcleo de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo – NARF junto a uma Instituição de Ensino Superior, cujo objetivo é a regularização fundiária de loteamentos irregulares. Além dessa atuação regularizadora, o convênio prevê o atendimento de causas na área de família, sendo que ao total são 90 casos mensais distribuídos em Regularização Fundiária e Ações de Família. Todos os casos são distribuídos aos professores do Curso de Direito com atuação junto ao Núcleo de Prática Jurídica, à exceção do coordenador do NPJ, auxiliados pelos alunos(as) como estagiários(as), ou seja, é uma forma excepcional destes obterem desenvolvimento prático-profissional.

Além desses convênios, a Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível, por intermédio do Curso de Direito e do Núcleo de Prática Jurídica, mantém convênio com o **Ministério Público Federa**l, **Ministério Público do Trabalho** e **Prefeitura Municipal de Monte Aprazível** no sentido de viabilizar e selecionar estagiários do Curso para atuarem em respectivas repartições públicas, sendo que para estágio no Ministério Público somente são selecionados alunos das instituições conveniadas.

Destaca-se, também a **Semana Jurídica** com objetivo de fomentar o intercambio do conhecimento, com a realização de atividades profissionais, realizadas, tradicionalmente, de forma concentrada, na terceira semana do mês de setembro de cada ano, oportunidade esta em que serão realizadas Palestras, Seminários e Mesas Redondas com diferentes profissionais de Direito convidados para tratar os assuntos selecionados, sendo que também poderão ser realizados encontros e visitas orientadas, como é o caso das atividades desenvolvidas no CDP – Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto e também ao CRF – Centro de Ressocialização Feminina de São José do Rio Preto, bem como debates sobre decisões judiciais e normas legais ou, ainda, a exibição de filmes, vídeos e vídeos-conferência.

Portanto, o Curso de Direito da Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível visa formar profissionais preparados para atuar em um mercado altamente competitivo e em um mundo globalizado com eficiência e competência.

1.2. * Objetivos do curso.

O curso de Direito da FAECA Dom Bosco, objetiva proporcionar ao aluno:

- Sólida formação intelectual em Ciências Jurídicas, favorecendo seu melhor desempenho profissional e social como agente do Direito;
- Enfoque da ética que o momento apresenta com plena consciência para todos, de seus compromissos de cidadão e de profissional na área;
- Capacitar o futuro profissional na área jurídica para atuar nesse campo preservando os valores morais, éticos, cívicos e político-sociais com vistas ao aperfeiçoamento da sociedade à busca do bem estar comum;
- Promover, através do engajamento de alunos e docentes na prestação de serviços jurídicos, o atendimento às necessidades da comunidade local e regional e garantir o fiel cumprimento do preceito constitucional entre Ensino, Pesquisa e Extensão, no campo das Ciências Jurídicas e Sociais.
- Oferecer formação geral que resulte no preparo dos futuros profissionais para o exercício da cidadania;
- Promoção de conduta fundada em princípios éticos da valorização dos direitos e deveres fundamentais do ser humano, numa atitude de contínua renovação e atualização do saber.
- Formar bacharéis em Direito com competência profissional para enfrentar com êxito as novas exigências e desafios que a criação e aplicação do Direito demandam na atualidade global, nacional, estadual e municipal.
- Formar bacharéis em Direito com responsabilidade profissional e ética na sua atuação, na criação e na aplicação do Direito, com sujeição incondicional aos valores superiores da Democracia, da Igualdade, da Justiça, da Moralidade, da Segurança, da Dignidade Humana e o Estado de Direito.
- Formar bacharéis em Direito comprometidos socialmente para que também cientes do seu papel de agentes sociais, realizem sua contribuição decisiva, na transformação do Brasil numa nação orientada ao progresso de todos os brasileiros e para que, desde seu papel de operadores do Direito, contribuam na realização social justa do sistema jurídico nacional segundo as demandas regionais.
- Formar bacharéis em Direito de perfil amplo e generalista, conscientes da necessidade de atualização profissional permanente.
- Formar bacharéis em Direito capacitados para realizar uma apreensão crítica, transmissão culta e produção criativa do Direito, de modo que possa também equacionar com formas extrajudiciais a prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos.

1.3. * Perfil profissional do egresso.

O Bacharel em Direito tem algumas opções quanto à sua atividade profissional: advogar ou seguir carreira pública. No entanto, qualquer que seja o caminho, atualmente o perfil exigido implica em ter iniciativa, flexibilidade, boa comunicação, liderança, bom relacionamento interpessoal, entre outras, em paralelo à aquisição do conhecimento técnico apropriado. Assim, o profissional a ser formado deverá ser caracterizado por:

- Portar uma formação ampla e sólida dos princípios e teorias do seu campo de atuação;
- Como profissional, ter a capacidade de intervir no processo sócio-cultural, com consciência de sua importante colaboração na formação de uma sociedade mais aberta à criticidade;
- Dominar as normas jurídicas e a metodologia científica;
- Ser capaz de relacionar ciência, tecnologia e sociedade;
- Ter uma visão ética e humanística para um eficiente atendimento ao mercado de trabalho;
- Estar inserido no contexto do mundo, hoje, sendo hábil para analisar a realidade e dela extrair o que melhor se aplicar à sua área de atuação.

Além de sua formação para o exercício profissional, o egresso, ainda terá oportunidades várias, para:

- Elaborar estudos, projetos ou mesmo pesquisas científicas básicas e aplicadas nos vários ramos da sua área de conhecimento, ou a ela afetos;
- Prestar consultoria a empresas, fundações e associações de classe, no âmbito de sua especialidade;
- Exercer outras atividades de acordo com o preparo que lhe oferecer o Currículo Pleno do Curso.

Todos esses aspectos estão baseados nas habilidades e competências definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito:

I. Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
II. Interpretação e aplicação do Direito;
III. Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
IV. Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
V. Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
VI. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
VII. Julgamento e tomada de decisões; e,
VIII. Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

1.4. * Estrutura curricular.

Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005). Disciplina de Direito Ambiental e Agrário (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) e a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004).

Atendendo à legislação específica, está inserida no Currículo Pleno do Curso de Direito da FAECA Dom Bosco a disciplina LIBRAS (Decreto nº 5.626/2005).

Também como preconiza a legislação específica, a disciplina é oferecida de forma optativa para os ingressantes a partir de 2016.

Para os ingressantes anteriores à 2016, LIBRAS é disciplina obrigatória, inserida na grade curricular como disciplina obrigatória, cursada no décimo semestre.

Em relação à disciplina de Direito Ambiental e Agrário, são comtemplados conteúdos relacionados ao desenvolvimento sustentável e a dignidade da pessoa humana a fim de possibilitar que os alunos atinjam a compreensão da consciência da necessidade do desenvolvimento social e econômico aliado a realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos ambientais e preservando as espécies e os habitats naturais.

A disciplina aborda as questões conceituais a respeito do tema e também a relação jurídica com os demais ramos do direito, voltado a consolidação de um ordenamento jurídico que garante efetivamente a proteção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial a sadia qualidade de vida.

Ainda, dentro dos componentes curriculares, o Curso de Direito da FAECA Dom Bosco aborda, ao longo do seu desenvolvimento, o respeito as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) e das Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).

Conforme a Resolução CNE/CES n. 1, de 17 de junho de 2004, a respeito da educação para as relações étnico-raciais, objetivando a divulgação e produções de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem o cidadão quanto a pluralidade étnico-racial, o Curso de Direito da FAECA Dom Bosco desenvolve disciplinas como a Sociologia Geral, Antropologia Jurídica, Direitos Humanos, História do Direito, Direito Constitucional. Cada disciplina, dentro de um contexto apropriado, estimula o aluno a interagir e a negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o respeito aos direitos legais e valorização da identidade de pessoas e grupos, na busca da consolidação da democracia brasileira.

1.5. * Conteúdos curriculares.

Segue a Matriz Curricular do curso de Bacharelado em Direito, oferecido pela FAECA Dom Bosco para os ingressantes a partir de 2016.

DISCIPLINAS DO 1º SEMESTRE 400 h/a

- Economia 40 h/a;
- Sociologia Geral 40 h/a;
- Introdução ao Estudo de Direito 80 h/a;
- Filosofia e Ética Geral 80 h/a;
- Português Jurídico I 40 h/a;
- História do Direito 40 h/a;
- Ciência Política e Teoria Geral do Estado 80 h/a;

DISCIPLINAS DO 2º SEMESTRE 400 h/a

- Direito Civil I – Parte Geral 80 h/a;
- Direito Constitucional I 80 h/a;
- Filosofia Jurídica 80 h/a;
- Psicologia aplicada ao Direito 40 h/a;
- Sociologia Jurídica 80 h/a;
- Português Jurídico II 40 h/a;

DISCIPLINAS DO 3º SEMESTRE 400 h/a

- Direito Constitucional II 80 h/a;
- Direito Civil II - Obrigações 80 h/a;
- Direito Penal I – Parte Geral 80 h/a;
- Teoria Geral do Processo - 40 h/a;
- Antropologia aplicada ao Direito 40 h/a;
- Direito do Trabalho I 40 h/a;
- Direito Empresarial I 40 h/a;

DISCIPLINAS DO 4º SEMESTRE 400 h/a

- Direito Constitucional III 40 h/a;
- Direito Empresarial II 40 h/a;
- Direito Civil III - Contratos 80 h/a;
- Direito Penal II – Parte Geral 80 h/a;
- Direito Processual Civil I 80 h/a;
- Direito do Trabalho II 80 h/a;

DISCIPLINAS DO 5º SEMESTRE 400 h/a

- Direito Civil IV – Reais e Coisas 80 h/a;
- Direito Processual Civil II 80 h/a;
- Direito Processual Penal I 80 h/a;
- Direito Penal III – Parte Especial 80 h/a;
- Direito do Trabalho III 40 h/a;
- Direito Empresarial III 40 h/a;

DISCIPLINAS DO 6º SEMESTRE 400 h/a

- Direito Civil V - Família 80 h/a;
- Direito Processual Civil III 80 h/a;
- Direito Processual Penal II 80 h/a;
- Direito Penal IV – Parte Especial 80 h/a;
- Direito Processual do Trabalho I 40 h/a;
- Direito Empresarial IV 40 h/a;

DISCIPLINAS DO 7º SEMESTRE 480 h/a

- Direito Civil VI – Sucessões 40 h/a;
- Direito Processual Civil IV 80 h/a;
- Direito Processual Penal III 40 h/a;
- Direito Penal V – Leg. Penal e Proc. Esp. 80 h/a;
- Direito Administrativo I 80 h/a;
- Direito Processual do Trabalho II 40 h/a;
- Metodologia da Pesquisa Científica I 40 h/a;
- Estágio de Prática Jurídica Supervisionado 80 h/a;

DISCIPLINAS DO 8º SEMESTRE 520 h/a

- Direito Administrativo II 80 h/a;
- Direito Processual Civil V 40 h/a;
- Direito Processual Penal IV 40 h/a;
- Direito Tributário I 80 h/a;
- Medicina Forense 40 h/a;
- Prática Processual Trabalhista 80 h/a;
- Metodologia da Pesquisa Científica II 40 h/a;
- Estágio de Prática Jurídica Supervisionado 80 h/a;
- Trabalho de Conclusão de Curso 40 h/a;

DISCIPLINAS DO 9º SEMESTRE 520 h/a

- Direito Tributário II 40 h/a;
- Direito Internacional Público e Privado 80 h/a;
- Ética Profissional 40 h/a;
- Direito Processual Constitucional 40 h/a;
- Responsabilidade Civil 40 h/a;
- Prática Processual Penal 80 h/a;
- Disciplina Optativa 40 h/a;
- Disciplina Optativa 40 h/a;
- Estágio de Prática Jurídica Supervisionado 80 h/a;
- Trabalho de Conclusão de Curso 40 h/a;

DISCIPLINAS DO 10º SEMESTRE 520 h/a

- Estatuto da Criança e do Adolescente 40 h/a;
- Prática Processual Civil 80 h/a;
- Direitos Ambiental e Agrário 80 h/a;
- Direito do Consumidor 40 h/a;

- Direito Previdenciário 40 h/a;
- Disciplina Optativa 40 h/a;
- Disciplina Optativa 40 h/a;
- Disciplina Optativa 40 h/a;
- Estágio de Prática Jurídica Supervisionado 80 h/a;

Trabalho de Conclusão de Curso 40 h/a;

CARGA HORÁRIA GERAL 4440 h/a;

DISCIPLINAS OPTATIVAS

- Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS 40 h/a;
- Democracia e Direitos Humanos 40 h/a;
- Conciliação, Mediação e Arbitragem 40 h/a;
- Biodireito 40 h/a;
- Direito Eletrônico e da Informática 40 h/a;
- Direito Econômico e Financeiro 40 h/a;
- Direito Eleitoral 40 h/a;
- Linguagem e Argumentação Jurídica 40 h/a;

RESUMO

- C.H. Disciplinas Presenciais 3.800
- Disciplinas Optativas 200
- Estágio Supervisionado 320
- Trabalho de Curso 120
- Atividades Complementares 300

Duração Total do Curso 4.740

1.5.1 * Ementário e Bibliografia

1º Período

ECONOMIA – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Propiciar, ao discente, noções elementares de Microeconomia, enfocando o comportamento das famílias e das empresas em mercados que operam num cenário caracterizado pelo avanço acelerado do processo de globalização, percebendo o alcance e as limitações da Ciência Econômica. Expor as principais coordenadas da Análise Econômica Contemporânea, procurando mesclar os ingredientes e as técnicas modernas à fundamentação	**Ementa:** Introdução à Ciência Econômica. Evolução histórica do Pensamento Econômico. A Escola Clássica. A Escola Socialista. A Escola Neoclássica. A Escola Keynesiana. Economia e Direito: Mercado, Política Fiscal, Política Monetária, Neoliberalismo e Globalização, Blocos Econômicos Regionais, Desenvolvimento Econômico, Inflação e Desemprego, Ética, Eficiência Econômica e Liberdades no setor econômico. Iniciativa privada e pública.

humanística da atividade econômica.	Políticas econômicas. Economia dos países Latino americanos da América do Sul. A situação econômica do Brasil: realidades e perspectivas. A situação econômica do Estado de São Paulo: realidades e perspectivas.
Bibliografia Básica: ARAÚJO, C.R.Vieira. História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas 1995. DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990. GASTALDI, J. Petrelli. Èléments d' économie politique. Paris: Félix Alcan, 1989.	
Bibliografia Complementar: GIDE, Charles. Èléments d'économie politique. Paris: Félix Alcan, 1920. HEILBRONER, Robert L. Elementos de macroeconomia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas. 14.ed. São Paulo: Atlas 1995.	

Sociologia Geral – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Desenvolver uma visão geral da sociologia no que diz respeito aos conceitos, objeto e métodos desta disciplina. Examinar criticamente as dimensões sociais, políticas e econômicas presentes na sociedade atual e suas relações com a área específica de formação profissional.	**Ementa:** A sociedade e suas dimensões. O homem, os grupos sociais, as classes sociais e o conjunto societário. Sociedade e Sociologia. A Sociologia como ciência; evolução histórica da Sociologia como Ciência. Os grandes pensadores e pesquisadores da sociedade. As sociedades primitivas, os povos indígenas e seus costumes. A sociedade contemporânea. A sociedade civil. A sociedade brasileira: formação cultural e idéia de Nação. O estudo da diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira. A realidade social brasileira. Situação social do Brasil: realidade e perspectiva. Situação social do Estado de São Paulo: realidade e perspectiva.
Bibliografia Básica: ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes. 1993. FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora. 1994. MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.	
Bibliografia Complementar:	

Introdução ao Estudo do Direito – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Oferecer ao aluno os elementos teóricos essenciais ao estudo do Direito; Efetuar uma análise histórica do	**Ementa:** Direito, Sociedade e Estado. O sistema de Ciências Jurídicas. Estrutura do sistema de Ciências Jurídica. Ramos do

desenvolvimento do Direito; Estimular o desenvolvimento de uma reflexão crítica do aluno sobre o fenômeno jurídico; Ajudar no desenvolvimento do raciocínio jurídico por parte do aluno.	Direito. Ciências afins do Direito. Noção de Direito. Origem do Direito. Definição e elementos. As diversas acepções do termo Direito. Direito e Moral. Axiologia Jurídica. Deontologia Jurídica. A explicação do Direito. Grandes correntes, autores e obras. O Direito como regulador social. O processo de criação do Direito. Fontes do Direito. Princípios gerais do Direito. Ordenamento jurídico. Norma jurídica: definição, estrutura e classificação. A Relação jurídica: definição, elementos e classificação. Direito subjetivo e Dever jurídico. Processo de criação, interpretação e aplicação do Direito. Hermenêutica. Administração da justiça. Argumentação jurídica. Validez do Direito. Validez temporal, espacial e pessoal do Direito. Legalidade e Estado de Direito. Direito alternativo. O processo de criação do Direito no Estado de São Paulo.
Bibliografia Básica: BOBBIO, Norberto. Liberdade e Igualdade. Brasília. UNB, 1997. MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1987. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1996.	
Bibliografia Complementar: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1998. GUSMÃO, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo. Ed. Atlas, 1995. NUNES, Luiz Antonio. Manual de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1996.	

Filosofia e Ética Geral – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Contribuir ao aluno de Direito a possibilidade de ter contato com as fontes do pensamento humano; Analisar as principais questões que sempre desafiaram o ser humano, seja como indivíduo, seja como coletividade; Colaborar no desenvolvimento da reflexão crítica pessoal do aluno; Despertar a importância da Ética para a formação do profissional do Direito.	**Ementa:** Ética Geral. Ética do Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. As normas do Código de Ética. Deveres do advogado. O dever de confraternidade. A defesa do réu pobre. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. O Seccional da OAB do Estado de São Paulo. A Filosofia como ciência. Objeto e Método de estudo. A Ciência de todas as coisas. Questões fundamentais da Filosofia; epistemológicas, ontológicas, antropológicas e éticas. Doutrinas e escolas filosóficas. Grandes filósofos e suas obras. História Geral da Filosofia. Materialismo e Idealismo. Dialética e Metafísica.
Bibliografia Básica: Chaui, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005. Marcondes, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de	

Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 184 p.
Marcondes, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 298 p.
HART, Hebert L. A., Direito, liberdade e moralidade (law, liberty and morality). Tradução de Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Fabris, 1987.
LOBÔ, Paulo Luiz. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 3.ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.
LYONS, David, As regras morais e a ética. Tradução de Luís Alberto Peluso. Campinas: Papirus, 1990.
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB, disponível em: http://www.oabsp.org.br/codigo-de-etica-2016.

Bibliografia Complementar:

MAMEDE, Gladston. Fundamentos da legislação do advogado. São Paulo: Atlas, 2002.
NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: RT, 2001.
PERELMAN, Chaim, Ética e direito. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. Pequeno dicionário de filosofia contemporânea. São Paulo: Publifolha, 2006. 184 p.
ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 2. ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1014 p.
GAARDER, Jostein. O mundo de sofia: romance da história da filosofia. Trad. João Azenha Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 555 p.

Português Jurídico I – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Conscientizar o profissional em formação da necessidade de desenvolver todas as modalidades da língua materna (ouvir-falar-ler-escrever) no sentido de adquirir competências e habilidades que o auxiliem na elaboração e compreensão do discurso jurídico.	**Ementa:** Gramática, Ortografia e Pontuação da Língua portuguesa: regras básicas. Linguagem normativa. Modalidades discursivas. Características do discurso normativo: enunciação e discurso. Tipologias discursivas: descrição, narração e dissertação.

Bibliografia Básica:

DAMIÃO,R;T. e HENRIQUES A. Curso de Português Jurídico.São Paulo.Ática
NASCIMENTO.E.D. Linguagem Forense .São Paulo, Saraiva
XAVIER,R.C. Português no Direito. Rio de Janeiro. Forense

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE, F.F.Os erros mais comuns da Linguagem Forense. Belo Horizonte. Palpite.
CEGALA, D.P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo. Nacional
FIORIN, J.L. e SAVIOLI, F.P.Para entender o texto .São Paulo Ática

História do Direito – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Tem como objetivo proporcionar a reflexão histórica sobre o surgimento, formação e transformação da tradição jurídica ocidental, em busca de seu próprio passado e de sua identidade, visando compreender as diversas instituições sociais	**Ementa:** Evolução histórica do Estado e do Direito. Grandes experiências históricas de Estados e Sistemas de Direito pré-modernos. O pensamento político e jurídico pré-moderno. Grandes pensadores e obras. O pensamento político e jurídico moderno.

e políticas surgidas desde a Antiguidade até os dias atuais; investigar sobre os povos que mais contribuíram para a formação das instituições jurídicas que hoje disciplinam o convívio social do homem em sociedade; problematizar o Direito como fenômeno sociocultural no contexto local e global; contribuir para a formação de um conhecimento transversal e transdisciplinar; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídicos ante a complexidade social do mundo contemporâneo.	Grandes pensadores e obras. O pensamento político e jurídico contemporâneo. Grandes Pensadores e obras. Tendências atuais do pensamento político e jurídico. História do Estado e do Direito brasileiro. Evolução das instituições no Brasil. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira. Pensamento político e jurídico brasileiros: Pensadores e obras.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
De Cicco, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. 3ª edição reformada, São Paulo: Saraiva, 2006.
WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política. Volumes 1 e 2. São Paulo: Ática, 1999.

Bibliografia Complementar:

CAETANO, Marcelo José das Neves Alves. História do direito português, Lisboa, Ed. Verbo, 1981, v.1 - Fontes, direito público – 1140-1495
DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo (direito comparado), 2ª ed. Lisboa, Meridiano, 1978.
DELGADO, Luis. Quadro histórico do direito brasileiro, Recife, Ed. Universitária, 1974, 216p.

Ciência Política e Teoria Geral do Estado – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Faz parte dos objetivos da disciplina: Entender a formação histórica do Estado Moderno e Contemporâneo; Adquirir as categorias conceituais analíticas da Teoria Geral do Estado e da Ciência Política; Compreender a abordagem político jurídica do Estado; Entender e analisar a formação e desenvolvimento do Estado Constitucional Democrático Contemporâneo como espaço de ordenação da vida política e jurídica das sociedades; Compreender e conhecer as diferentes abordagens sobre o Estado enquanto fenômeno político da identidade nacional; Identificar a relação entre legalidade e legitimidade na ação e interação das instituições políticas, da sociedade civil e das comunidades.	**Ementa:** Conceito de Política. Ciência Política e TGE como ciência: objeto de estudo e método. Sociedade Civil e Sistema Político. Poder. Decisão Política. O Estado. Elementos do Estado. Formas de Governo. Parlamentarismo. Monarquia e República. Funções internas do Estado. Executivo, Legislativo e Judiciário. Tipos de organização estatal. Confederação. Federações. Estado Unitário. Democracia e Ditadura. Sistema Eleitoral. Sufrágio. Partidos Políticos. Sistemas partidários. Grupos de Pressão. Organizações Não Governamentais. Função Internacional do Estado. O Estado de São Paulo: realidade política.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2000.
BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Org. Michelangelo Bovero. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro; Campus.
BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros, 1998.

Bibliografia Complementar:
ARAUJO, Luiz Alberto David & NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral do federalismo. Belo Horizonte: Fumarc/UCMG, 1982.

2º Período

Direito Civil I - Parte Geral – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Civil, seus principais conceitos, princípios e perspectivas. Contribuir para o aprofundamento da visão do Direito Civil Constitucional, tendo como figura central a pessoa e não apenas o patrimônio.	**Ementa:** O Direito Civil como ciência jurídica. Relação do Direito Civil com outros ramos do Direito. O Direito Civil como direito privado geral. Ramificação do Direito Civil. O Direito Civil e o ordenamento jurídico privado. Direito Romano na formação do Direito Civil. As fontes do Direito Civil. Estudo analítico sobre pessoa natural e jurídica, entidades personalizadas, despersonalização da pessoa jurídica. Capacidade Civil. Fatos, Atos e Negócios jurídicos. Vícios, antijuridicidade e extinção do negócio jurídico. Atos ilícitos e responsabilidade civil. Formação, modificação e extinção da relação jurídico-cível. A relação jurídico-civil: sujeito, objeto e vínculo jurídico. Teoria do objeto da relação jurídica. Novas tendências do direito privado para o século XXI. O Código Civil Brasileiro. Antecedentes históricos. Lei de Introdução ao Código Civil. Conteúdo e os Institutos fundamentais da parte geral do Direito Civil brasileiro. Reforma do Código e o atual Projeto de Código Civil.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 2º ed. São Paulo, Atlas, 1994. MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6ºed. São Paulo, Saraiva, 1988.	
Bibliografia Complementar: BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília, Ed. Polis/Universidade de Brasília, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. 2ª ed. Porto A|legre, Max Limonad, 1997. DALLARI, Dalmo de Abreu. O Renascer do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1972.	

Direito Constitucional I – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo	**Ementa:** Constitucionalismo e Direito

discutir os conceitos e a finalidades do Direito Constitucional, seus principais conceitos e princípios, além da evolução histórica das normas constitucionais e a importância dessa disciplina no Direito contemporâneo.	Constitucional. Aspectos da globalização que repercutem no Direito Constitucional. Constitucionalismo na América do Sul no limiar do século XXI. Abordagem constitucional sobre o meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira. Os direitos e as garantias constitucionais dos índios sob a ótica do direito, justiça, lei e costumes. Estado constitucional informal. Constituição: conceitos, estrutura, conteúdos e forma, princípios, espécies de normas constitucionais. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. O político como objeto do Direito Constitucional. Estado Constitucional Democrático e o paradigma neo-liberal. Do Poder Constituinte.
Bibliografia Básica: ARAUJO, Luiz Alberto David & NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2000. BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Org. Michelangelo Bovero. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro; Campus. BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros, 1998.	
Bibliografia Complementar: BONAVIDES, Paulo. Do país constitucional ao país neo-colonial - a derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional. São Paulo, Malheiros. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1999. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. A democracia no limiar do século XXI. São Paulo: Saraiva, 2001.	

Filosofia Jurídica – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Estimular o desenvolvimento de uma reflexão crítica do aluno sobre o fenômeno jurídico. Permitir que o aluno tenha condições de analisar o direito positivo em suas dimensões ética, política e instrumental. Desenvolver o pensamento jurídico crítico voltado para a realidade social brasileira.	**Ementa:** Filosofia do Direito como ciência. Objeto e método de estudo. Relação da Filosofia do Direito com as demais Disciplinas jurídicas. Principais conceitos da Filosofia do Direito. Justiça e legitimidade do Direito. A racionalidade na criação e aplicação do Direito. A justificativa do Direito e das Leis. Os valores filosóficos e éticos na criação e aplicação do Direito. Grandes teorias e filósofos do Direito. As principais linhas doutrinárias sobre o Direito. Tendências atuais da Filosofia do Direito. O pensamento jurídico-filosófico latino-americano.
Bibliografia Básica:	

BITTAR, Eduardo & ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. Editora Atlas. 2ª Edição. São Paulo, 2002.
FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Estudos da Filosofia do Direito: Reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. Ed. Atlas. São Paulo, 2003.
REALE, Miguel. Filosofia do Direito. Saraiva. 20ª edição. São Paulo, 2002.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. Saraiva. 3ª edição. São Paulo, 2007.
CHAUI, Marilena. Convite a Filosofia. Ed. Ática. São Paulo, 1997.
COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. Max Limond. São Paulo, 2001.

Psicologia aplicada ao Direito – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Entender a importância de aproximação entre a Psicologia e o Direito; Compreender a abrangência da Psicologia na perícia judiciária; Identificar a ação e a importância do psicólogo na área criminal e cível.	**Ementa:** Conceitos e diferenças: Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise. A Psicologia Jurídica: conceitos, história, abrangência e atuação de profissionais da psicologia nas diversas áreas do Direito. Leitura psicológica do direito com técnicas de mediação e conciliação como um dos instrumentos de resolução de conflitos individuais e sociais.

Bibliografia Básica:

BOCK, A. M. Bahia. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2017.
FIORELLI, José Osmir, MANGINI Rosana C. R. *Psicologia jurídica*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
PINHEIRO, Carla. *Psicologia Jurídica*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
SILVA, Denise Maria Perissini. *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia Complementar:

FIGUEIRE Maria Luisa, DANIEL, S., PEDRO, A., *Manual de Psiquiatria Clínica*. Lidel, Edição em Português, 2017.
SHINE, Sidney. *Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimação, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
LOPEZ, Emílio Mira Y. *Manual de psicologia jurídica*. São Paulo: Impactus, 2007.
AGUIAR, André Luiz Souza. *Assédio moral: o direito à indenização pelos maus-tratos e humilhações sofridas no ambiente de trabalho.* São Paulo: Ltr, 2006.
CRUZ, Roberto Moraes; MACIEL, Saidy Karolin; RAMIREZ, Dario C. (Orgs.). *Dano psicológico e diagnóstico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
RIGONATTI, Sérgio Paulo. *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica*. São Paulo: Vetor, 2003.
CHENIAUX JR, Elie. *Manual de psicopatologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
ALMEIDA, Osvaldo Pereira; DRATCU, Luiz; LARANJEIRA, Ronaldo. *Manual de psiquiatria*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 199?.

Português Jurídico II – Carga Horária 40 h/a

Objetivos: Conscientizar o profissional em formação da necessidade de desenvolver todas as modalidades da língua materna (ouvir-falar-ler-escrever) no sentido de adquirir competências e habilidades que o auxiliem na elaboração e compreensão do discurso jurídico.	**Ementa:** Gramática, Ortografia e Pontuação da Língua portuguesa: regras básicas. Linguagem normativa. Modalidades discursivas. Características do discurso normativo: enunciação e discurso. Tipologias discursivas: descrição, narração e dissertação.
Bibliografia Básica: DAMIÃO,R;T. e HENRIQUES A. Curso de Português Jurídico.São Paulo.Ática NASCIMENTO.E.D. Linguagem Forense .São Paulo, Saraiva XAVIER,R.C. Português no Direito. Rio de Janeiro. Forense	
Bibliografia Complementar: ALBUQUERQUE, F.F.Os erros mais comuns da Linguagem Forense. Belo Horizonte. Palpite. CEGALA, D.P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.São Paulo.Nacional FIORIN, J.L. e SAVIOLI, F.P.Para entender o texto .São Paulo Ática	

Sociologia Jurídica – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades da Sociologia Jurídica, analisando o ser humano inserido no contexto jurídico, analisando o comportamento do ser humano na sociedade geral e jurídica.	**Ementa:** Sociologia jurídica como ciência. Objeto e método do estudo. Sociedade e Direito. O Direito como regulador da vida social. Eficácia social das normas jurídicas. Efeitos Sociais do Direito e Consciência Jurídica. A cultura de respeito à Lei. As violações da lei e a ordem social. O estudo criminológico do crime e os criminosos. Grandes teorias e teóricos da criminalidade e da eficácia social do Direito. Função social do Direito e as metas para o Direito na liminar do Século XXI. Levantamento jurídico da sociedade regional.
Bibliografia Básica: FOUCAULT, Michel. As verdades e as formas jurídicas, Rio de Janeiro, Nau Ed., 1996. MARTINEZ, Vinício C. O Estado de Direito Gregário: quando o direito surge como fato social, IN: JUS Navigandi – www.jus.com.br, ano 9, n. 656, abril/2005. NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Ilações jurídico-sociológicas dos "princípios da filosofia do direito" de Hegel. Jus Navigandi – www.jus.com.br, ano 9 , n. 655, abril/2005.	
Bibliografia Complementar:	

3º Período

Direito Civil II – Obrigações – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Civil, os principais conceitos, princípios e perspectivas dos Direitos das	**Ementa:** Direito das Obrigações: conceitos e princípios básicos. Obrigação jurídica. Estrutura da relação obrigacional. Modalidades de Obrigações. Elementos

Obrigações.	Essenciais. Fontes geradoras das obrigações e sua classificação. Obrigações derivadas de relações comerciais e empresariais. Causas do descumprimento das obrigações. Conseqüência da Inexecução das Obrigações. Responsabilidade Contratual e extracontratual. Responsabilidade por fato de terceiro. Reparação e Indenização. Ato ilícito. Transmissão das obrigações. Extinções das obrigações. Liquidação das obrigações. O Contrato: evolução histórica e princípios básicos. Autonomia da vontade e ordem política. Elementos do contrato. Classificação dos contratos. Contratos civis e Contratos mercantis. Efeitos dos contratos. Novos rumos para o direito contratual.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 2º ed. São Paulo, Atlas, 1994. MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6ºed. São Paulo, Saraiva, 1988.	
Bibliografia Complementar: BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília, Ed. Polis/Universidade de Brasília, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. 2ª ed. Porto A|legre, Max Limonad, 1997. DALLARI, Dalmo de Abreu. O Renascer do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1972.	

Direito Constitucional II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Constitucional, seus principais conceitos e princípios, além da evolução histórica das normas constitucionais e a importância dessa disciplina no Direito contemporâneo.	**Ementa:** O Estado Federal. O município na CF/88. Democracia. Sistemas de governo. Divisão de poderes e classificação de funções na atualidade. Sistemas de emergência. Constituição e direito adquirido. Declaração de direitos. Direitos fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Garantias e proteção aos dos direitos fundamentais. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Aspectos da Constituição Estadual de São Paulo. O controle de constitucionalidade das leis.
Bibliografia Básica: ARAUJO, Luiz Alberto David & NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Bibliografia Complementar:
ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1991.
BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral do federalismo. Belo Horizonte: Fumarc/UCMG, 1982.
BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
BARROSO, Luís Roberto. Direito Constitucional Brasileiro. O problema da federação. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

Direito Penal I - Parte Geral – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Iniciar o aluno no estudo do direito penal, de forma que ele possa ter uma visão geral desse ramo do direito como um complexo de normas disciplinadoras que estabeleça as regras indispensáveis ao convívio entre os indivíduos que a compõem. Compreender a necessidade da evolução do Direito Penal no atual contexto sócio-político e econômico de uma sociedade globalizada. Desenvolver o raciocínio jurídico sob a perspectiva da Ciência Penal de forma interdisciplinar. Compreender a relevância da subsunção das normas penais aos preceitos constitucionais.	**Ementa:** O Direito Penal como ciência jurídica. Fundamentos do Direito Penal. Relação do Direito Penal com outros ramos do Direito. As fontes do Direito Penal. Teoria da Norma Penal. A Lei Penal: características, classificação e interpretação. Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço. Concurso aparente de normas penais. Teoria Geral do Crime. Classificação dos crimes. Conceito formal (analítico) e material do crime : Fato típico : conduta e suas teorias, resultados, relação de causalidade e tipicidade. Sujeitos ativo e passivo do crime. Teoria Geral da Ação criminosa. Estrutura do crime comissivo doloso. Estrutura do crime omissivo. Causas de exclusão da ilicitude. Culpabilidade. Causas da exclusão da culpabilidade. Atenuação. Impunibilidade. Tentativa. Concurso de pessoas. Participação.
Bibliografia Básica: NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: RT. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.	
Bibliografia Complementar: DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. São Paulo: Renovar. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Atlas.	

Teoria Geral do Processo – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Tornar o aluno capaz de lidar e trabalhar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos do direito processual. Prepará-lo	**Ementa:** Direito Processual como ciência jurídica. Direito processual e Direito material. Fontes e evolução histórica. Divisão. A norma processual. Âmbito de aplicação e

para colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de utilizar o ordenamento jurídico-processual na defesa da ordem constitucional, buscando a pacificação social. Habilitar o aluno para as profissões que requisitam o diploma de bacharel, tais como: a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia, etc. Permitir que o aluno tenha condições de analisar o direito positivo em suas dimensões ética, política e instrumental, sempre de forma crítica.	validez das leis processuais. Jurisdição e Competência. A relação jurídico- processual. Objeto do processo. Sujeitos da relação jurídico- processual. Órgãos da função jurisdicional. Organização e estrutura do sistema judiciário. As Partes. Capacidade processual e Legitimação. Ação : conceito, natureza jurídica, espécies. Processo. Espécies e Fases do processo. Processo e procedimento. Atos processuais. Os Prazos. As Provas. As peças processuais. Sentença. A impugnação das decisões judiciais. Os recursos. A execução das sentenças. As Custas. Coisa julgada. Assistência judiciária. Aspectos éticos do processo. Grandes processualistas e suas obras.

Bibliografia Básica:

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 22.ed., São Paulo: Malheiros, 2006.
CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Teoria geral do processo. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. São Paulo: Rev. Tribunais, 2006.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 1996.
BERMUDES, Sérgio. Introdução ao processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
CRETELLA NETO, José. Fundamentos princípios lógicos do processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Antropologia aplicada ao Direito – Carga Horária 40 h/a

Objetivos: Desenvolver uma visão geral da Antropologia Aplicada ao Direito no que diz respeito aos conceitos, objeto e métodos desta disciplina. Examinar criticamente as dimensões sociais, políticas e culturais presentes na sociedade atual e suas relações com a área específica de formação profissional (Direito).	**Ementa:** Origem, formação e desenvolvimento da Antropologia como atividade de conhecimento científico. Aspectos que constituem a realidade social, sua formação, reprodução e transformação. As instituições sociais e seus papeis ou funções no processo de socialização e de controle social. A questão dos direitos dos povos indígenas no Brasil e o estabelecimento das correlações entre direito, justiça, lei e costumes nas sociedades primitivas. A relação do conhecimento antropológico com a ciência jurídica.

Bibliografia Básica:

COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução às ciências da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.
CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bibliografia Complementar:
FLORESTAN, Fernandes. Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo: Pioneira, 1960.
GEERTZ, Clifford. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Direito do Trabalho I – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito do Trabalho, propiciando ao aluno uma ampla visão das suas origens históricas, seus princípios fundamentais e sua integração nas relações jurídicas internas e internacionais, bem como o estudo sistemático do contrato de trabalho, seus elementos, sujeitos, objetos e conteúdo.	**Ementa:** O Direito do Trabalho como ciência jurídica. Relação do Direito do Trabalho com outros ramos do Direito. Fontes do Direito do Trabalho. Evolução histórica do Direito do Trabalho e a relação capital – trabalho. Direito individual do trabalho. A relação jurídico- trabalhista. Sujeitos da relação jurídico-trabalhista: Empregador e Empregado. O Contrato do Trabalho. Tipos de Contratos de trabalho. A jornada de trabalho. O salário e demais remunerações. O fundo de garantia do tempo de serviço. A disciplina do trabalho e a disciplina tecnológica. A CLT e o Direito do trabalho no Brasil.
Bibliografia Básica: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTR. 19.ed, 2003. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2003. SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho. Ed. LTR, 2002.	
Bibliografia Complementar: ALMEIDA. André Luiz Paes. Direito do Trabalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Rideel, 2007. NERY JR, Nelson. 800 em 1. Vade Mecum - Acadêmico & profissional. Franca: Lemos & Cruz, 2007. SUSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de direito do trabalho. 19 ed. São Paulo: LTR, 2000.	

Direito Empresarial I – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Transmitir os princípios básicos que regulam os atos de mercancia. Analisar os institutos do Direito Empresarial, bem como os direitos e obrigações decorrentes da atividade comercial. Estudar a legislação e doutrina das Sociedades Comerciais, interpretando-se e estabelecendo cotejo entre as sociedades e seus diversos institutos, conduzindo o aluno a compreender, equacionar e solucionar problemas de Direito Societário face ao direito positivo, considerando as correntes jurisprudenciais atuantes.	**Ementa:** Sujeito e objeto do Direito Comercial. O comerciante. Obrigações do comerciante. O comerciante e o Registro do Comércio. Empresa e estabelecimento comercial. Propriedade industrial. Pessoal da Empresa. Empresas de depósito. Corretores. Leiloeiros. Agentes, representantes e distribuidores. Condutores, comissários de transporte e outros auxiliares. Obrigações comerciais. Sociedades comerciais. Constituição das sociedades comerciais. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Sociedade Anônima por ações.

	Constituição da Sociedade Anônima por ações. Acionistas. Direitos essenciais. Assembléia Geral. Competência privativa. Conselho de Administração. Modificação do capital social. Balanço. Lucros. Reservas e dividendos.
Bibliografia Básica: FABRETTI, Láudio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2004 TOMAZZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar: REQUIÃO Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.	

4º Período

Direito Civil III – Contratos – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, a partir do curso ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Direito Civil no que pertine aos contratos. A abordagem jamais será simplesmente dogmática, já que mesmo matérias técnicas, como a presente, devem ser norteadas pela sensibilidade social – que cerca toda e qualquer disciplina do ensino superior.	**Ementa:** Conceito. Direito. Reais. Da posse. Da Propriedade. Conceito e elementos. Objeto e extensão do Direito de propriedade. Da Propriedade Imóvel. Código de Águas. Propriedade Móvel. Usucapião. Condomínio. Direito Reais sobre coisas alheias: Da Propriedade Literária. Propriedade Científica. Propriedade Artística. Da Enfiteuse. Da Servidão Predial. Do Uso. Da habilitação. Dos Direitos Reais de Garantia. Do Penhor. Da Anticrese. Da Hipoteca. Alienação fiduciária.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 2º ed. São Paulo, Atlas, 1994. MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6ºed. São Paulo, Saraiva, 1988.	
Bibliografia Complementar: BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília, Ed. Polis/Universidade de Brasília, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. 2ª ed. Porto A|legre, Max Limonad, 1997. DALLARI, Dalmo de Abreu. O Renascer do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1972.	

Direito Constitucional III – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Constitucional, seus principais conceitos e princípios, além da evolução histórica das normas constitucionais e a	**Ementa:** Organização do Estado. Organização dos Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à justiça.

importância dessa disciplina no Direito contemporâneo.	

Bibliografia Básica:
ARAÚJO, Luiz Alberto David; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 16ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.
MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:
BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional – volume único**. 8 ed. São Paulo: Método, 2015.
SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.
TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 24ª ed.rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.

Direito Penal II - Parte Geral – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Penal, proporcionando o debate e a reflexão a respeito da teoria geral do erro e das penas, o concurso de pessoas e de crimes, a aplicação das penas, à luz da Constituição da República e seus princípios.	**Ementa:** Teoria da Pena. Conseqüências jurídicas do crime. Das penas: conceito, caráter, exclusão, agravamento e atenuação. Aplicação da Pena. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Efeitos da condenação. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Reabilitação. Regime Especial. Direitos do preso. Legislação especial. Detração e Remição. Limites das penas. Das Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade. Prescrição. Perdão Judicial. Pressupostos processuais previstos no Código Penal. As Contravenções penais.

Bibliografia Básica:
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: RT.
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:
DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. São Paulo: Renovar.
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Atlas.

Direito Processual Civil I – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, a partir do curso	**Ementa:** Considerações introdutórias a

ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Direito Processual Civil.	respeito do Direito Processual Civil e as normas processuais: Conceito de Direito Processual Civil. Denominação e Natureza Jurídica do Processo Civil. Fontes das Normas Processuais. Interpretação da Norma Processual. Litisconsórcio. Assistência. Oposição. Nomeação a Autoria. Denunciação a Lide. Chamamento ao Processo. Atos Processuais. Nulidades dos Atos Processuais. O tempo e lugar dos atos Processuais. Prazo. Intercâmbio Processual. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.
Bibliografia Básica: GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. v.1. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. v.1. São Paulo: Atlas, 2005. TEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. v.1. 43.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.	
Bibliografia Complementar: CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. v.I. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2006. DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. São Paulo: RT, 2000. DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Malheiros, 2004.	

Direito do Trabalho II – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito do Trabalho, propiciando ao aluno uma ampla visão do direito individual do trabalho nos seus principais institutos.	**Ementa:** Direito coletivo do Trabalho. Princípios. Interpretação e aplicação do Direito Coletivo do Trabalho. Organização Sindical. Origens e evolução histórica dos Sindicatos. Sindicatos, Federações e Confederações. Direito Sindical Internacional. Conflitos coletivos do trabalho e suas formas de solução. A Greve e o Lock-out.
Bibliografia Básica: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTR. 19.ed, 2003. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2003. SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho. Ed. LTR, 2002.	
Bibliografia Complementar: FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. Curso de Direito Coletivo do Trabalho, São Paulo: Ltr, 1998. GOMES, Orlando, GOTTSCHALCK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro:	

Forense, 1998.
MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo coletivo do trabalho. São Paulo: LTr, 1996.
SUSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio, VIANNA, Segadas e TEIXEIRA FILHO, João de Lima. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 16ª edição, 1996.

Direito Empresarial II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Oportunizar ao aluno o conhecimento da estrutura empresarial brasileira, através das teorias comerciais, facilitar a compreensão da formação e desenvolvimento das diversas espécies de sociedades contempladas no ordenamento jurídico, bem como, as responsabilidades dos sócios e, ainda, as formas de dissolução e extinção da sociedade empresária.	**Ementa:** Dissolução, liquidação e extinção. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Sociedades de Economia Mista. Sociedades coligadas, controladoras e controladas. Participação recíproca. Subsidiário integral. Alienação e controle. Aquisição de controle mediante oferta pública. Grupos de sociedades. Consórcio. Sociedades em Comandita por Ações. Mercado financeiro e de capitais. Empresas comerciais exportadoras. Sociedades multinacionais. Títulos de crédito. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata. Conhecimento de depósito e warrant. Cédula de Crédito industrial. Cédula de Crédito Rural. Títulos Hipotecários. Certificado de depósito bancário. Cartões de Crédito.
Bibliografia Básica: FABRETTI, Láudio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2004 TOMAZZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar: REQUIÃO Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.	

5º Período

Direito Civil IV - Reais e Coisas – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, a partir do curso ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Direito Civil no que pertine a direitos reais e das coisas.	**Ementa:** Conceito. Inovações constitucionais e Estatuto da Criança e do Adolescente. Casamento. Natureza Jurídica. Impedimentos matrimoniais. Classificação. Oposição. Distinção entre incapacidade e impedimento. Provas do casamento. Casamento Nulo e Anulável. Efeitos jurídicos do casamento. Regime de bens. Conceitos e espécies. Da separação e do divórcio. Concubinato. Filiação legitima e ilegítima. Adoção. Alimentos. Pátrio poder. Tutela. Curatela e ausência. Da sucessão: Transmissão da herança. Renuncia. Da

	herança jacente. Dos que podem suceder. Indignidade. Sucessão legítima. Ordem e variação. Sucessão Testamentária. Formas de testamento. Dispensa testamentária. Dos legados. Da capacidade de adquirir por testamento. Legítima. Direito de Acrescer. Substituições e Fideicomisso. Dos herdeiros necessários. Inventário e Partilha. Colação e sonegação. Pagamento da dívida.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 2º ed. São Paulo, Atlas, 1994. MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6ºed. São Paulo, Saraiva, 1988.	
Bibliografia Complementar: BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília, Ed. Polis/Universidae de Brasília, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. 2ª ed. Porto A|legre, Max Limonad, 1997. DALLARI, Dalmo de Abreu. O Renascer do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1972.	

Direito Processual Civil II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Pretende-se, no curso de Direito Processual Civil II, levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos cíveis e, em especial do procedimento comum e suas fases lógicas (postulatória e de saneamento), bem como identificar os atos processuais pertinentes a cada fase, capacitando-o a acompanhar satisfatoriamente os processos. O aluno será levado a reconhecer em situações concretas a aplicabilidade dos procedimentos cíveis, na busca da tutela jurisdicional.	**Ementa:** Parte Geral. Procedimento Comum. Dos Atos Processuais; Dos Prazos Processuais; Da Comunicação dos Atos Processuais; Dos Vícios dos Atos Processuais; Das Nulidades; Da Tutela de Urgência; Da Formação, Suspensão e Extinção do Processo; Petição Inicial; Contestação; Reconvenção; Revelia; Julgamento Conforme Estado do Processo; Saneamento.
Bibliografia Básica: GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. v.1. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. v.1. São Paulo: Atlas, 2005. TEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. v.1. 43.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. v.I. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.	
Bibliografia Complementar: DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2006. DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. São Paulo: RT, 2000.	

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Malheiros, 2004.

Direito Processual Penal I – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Familiarizar o aluno com a disciplina processual, sem a qual o Direito Penal não se operacionalizará. Priorizar a reflexão sobre princípios e regras gerais, para propiciar o estabelecimento de conexão entre o Direito Penal e o Direito Processual Penal, enfatizando as obediências aos preceitos Constitucionais, que deverão ser obedecidos.	**Ementa:** Teoria Geral do Processo. Princípios fundamentais de Direito Processual Penal. Eficácia da Lei Processual Penal. Interpretação e Fontes. Da Persecução. Inquérito Policial: necessidade, início, desenvolvimento, fim, destino, prazos, arquivamento, requerimento de diligências, denúncia ou queixa. Da Ação Penal. Da Ação Civil. Jurisdição e Competência. Das Prisões Cautelares e da Liberdade provisória, com ou sem fiança. Prisão em flagrante. Dos fatos e atos processuais. Da Citação. Notificação e Intimação. Da prova. Do Interrogatório. Das Declarações do Ofendido e Testemunhas. Reconhecimento de Pessoas e Coisas. Busca e Apreensão. Da prova indiciária. Procedimento nos Crimes Apenados com Reclusão. Procedimentos Especiais nos Crimes Apenados com Reclusão. Interpretação, integração e aplicação da norma processual penal. Ação penal. Ação penal pública. O princípio da legalidade. Outras garantias constitucionais do cidadão no processo penal. Ação penal pública condicionada e ação penal privada. Denúncia e queixa. O princípio da oportunidade. Ação civil. Jurisdição e organização judiciária penal. Competência em matéria penal. Critérios determinativos. Conexão e continência. Concurso de delitos. Unificação de penas. Exceções processuais. Defesa de mérito e defesa de natureza processual. As partes no processo penal: acusador e acusado. O Ministério Público. Ofendido, querelante, assistente. As medidas cautelares em matéria processual penal. Prisão cautelar. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Liberdade provisória. Fiança.
Bibliografia Básica: BALDIN, Antonio. Roteiro de Direito processual Penal - 1.3ª ed. São Paulo: Meio Jurídico,2009. BONFIM, Edilson Mougenot . Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. MIRABETE, Júlio Fabrrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.	
Bibliografia Complementar: GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES Antonio Sacarance. As nulidades no	

Processo Penal. São Paulo: RT, 2006.

Direito Penal III - Parte Especial – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica do direito penal.	**Ementa:** Exposição de motivos da parte especial do Código Penal. Dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Da periclitação da vida e da saúde. Da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Lei das Contravenções Penais. Lei de Entorpecentes. Estatuto da Criança e do Adolescente. Crimes Hediondos. Código Brasileiro de Trânsito.
Bibliografia Básica: NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: RT. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.	
Bibliografia Complementar: DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. São Paulo: Renovar. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Atlas.	

Direito do Trabalho III – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito do Trabalho, propiciando ao aluno uma ampla visão do direito coletivo do trabalho nos seus principais institutos.	**Ementa:** Direito Internacional do Trabalho e a OIT. O MERCOSUL e Direito do Trabalho. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho Nacional e Internacional.
Bibliografia Básica: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTR. 19.ed, 2003. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2003. SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho. Ed. LTR, 2002.	
Bibliografia Complementar: FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. Curso de Direito Coletivo do Trabalho, São Paulo: Ltr, 1998. GOMES, Orlando, GOTTSCHALCK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 1998. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo coletivo do trabalho. São Paulo: LTr, 1996. SUSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio, VIANNA, Segadas e TEIXEIRA FILHO, João de Lima. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 16ª edição, 1996.	

Direito Empresarial III – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Garantir ao aluno o máximo de compreensão do Direito como ciência una, buscando alocar o Direito Empresarial dentro do sistema jurídico. Capacitar o discente para a exata noção da importância da matéria para a sua vida prático-profissional, especialmente trazendo conhecimento atualizado da legislação, da doutrina e da jurisprudência. Integrar o Direito Empresarial com os demais ramos do direito, criando a interdisciplinaridade, dando condições ao discente de conhecer as diversas relações jurídicas existentes, especialmente as empresariais.	**Ementa:** Falência. Devedor. Impontualidade. Caracterização da falência. Declaração judicial de falência. Sentença declaratória, denegatória. Recursos. Efeitos da sentença declaratória. Contratos do falido. Administração da falência. Verificação de créditos. Inquérito judicial realização do ativo. Pagamento do passivo. Extinção das obrigações.
Bibliografia Básica: FABRETTI, Láudio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2004 TOMAZZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar: REQUIÃO Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.	

6º Período

Direito Civil V – Família – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, a partir do curso ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Direito Civil no que pertine ao direito de família. Assim, preparado para a análise crítica das noções de família, poder familiar, regimes de casamento, modos de extinção de casamento, união estável, alimentos e bem de família, o discente estará munido do conhecimento necessário para o melhor trato com as normas civis em geral, com o que passará a haver a análises destas no Direito Civil.	**Ementa:** Sucessão. Sucessão *inter vivos* e *mortis causa*. Direito das Sucessões: transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente e vacante. Capacidade para suceder. Indignidade e deserdação. Sucessão legítima. A ordem de vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento. O codicilo. Capacidade testamentária. As disposições testamentárias. O testamenteiro. Testamentos especiais. Ineficácia e revogação dos atos de última vontade. Legados: conceitos, características, efeito e caducidade. Limites à liberdade de testar. Herdeiros necessários. Redução da liberdade testamentária. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. O fideicomisso. Inventário e partilha. O inventariante. Colação. Sonegados. Pagamento das dívidas do espólio. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da

	partilha.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 2º ed. São Paulo, Atlas, 1994. MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 6ºed. São Paulo, Saraiva, 1988.	
Bibliografia Complementar: BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília, Ed. Polis/Universidade de Brasília, 1991. COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. 2ª ed. Porto A|legre, Max Limonad, 1997. DALLARI, Dalmo de Abreu. O Renascer do Direito. São Paulo. Ed. Saraiva, 1972.	

Direito Processual Civil III – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, no curso de Direito Processual Civil III, levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos cíveis e, em especial do procedimento comum, a continuidade de suas fases lógicas (instrutória e decisória). O aluno será levado a reconhecer em situações concretas a aplicabilidade dos procedimentos cíveis, na busca da tutela jurisdicional, preparando-se, por meio do incentivo à pesquisa, para lidar de forma crítica com a doutrina, a jurisprudência e a legislação vigente.	**Ementa:** Fase Instrutória; Das Provas; definição, características e objeto; finalidade, destinatário, ônus e valor da prova; meios de prova; Audiência: conciliação, instrução e julgamento; Fase decisória. Coisa Julgada.
Bibliografia Básica: ALVIN, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. DINAMARCO, Candido Rangel. Instituições de direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros, 2005. GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo: Sariva, 2006	
Bibliografia Complementar: LOPES, João Batista. A Prova no Direito Processual Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.	

Direito Processual Penal II – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Familiarizar o aluno com a disciplina processual, sem a qual o Direito Penal não se operacionalizará. Priorizar a reflexão sobre princípios e regras gerais, para propiciar o estabelecimento de conexão	**Ementa:** Recursos em matéria processual penal. Recurso em sentido estrito. Apelação. Protesto por novo júri. Carta testemunhável. Embargos. Agravo. Recurso extraordinário e recurso ordinário constitucional. Habeas-

entre o Direito Penal e o Direito Processual Penal, enfatizando o obediências aos preceitos Constitucionais, que deverão ser obedecidos.	corpus. Revisão criminal. Coisa julgada penal. Execução penal. Execução das penas em espécie. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.
Bibliografia Básica: BALDIN, Antonio. Roteiro de Direito processual Penal - 13ª ed. São Paulo: Meio Jurídico,2009. BONFIM, Edilson Mougenot . Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. MIRABETE, Júlio Fabrrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.	
Bibliografia Complementar: GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES Antonio Sacarance. As nulidades no Processo Penal. São Paulo: RT, 2006	

Direito Penal IV - Parte Especial – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Desenvolver conhecimento nos alunos a respeito da parte especial do direito penal, referente à análise dos tipos penais da parte especial do Código Penal Brasileiro. Aprimorar a capacidade do aluno de analisar hipóteses fáticas concretas e apresentar a exata subsunção típica, indicando a presença ou não de responsabilidade penal. Estudar os tipos penais em todos os seus aspectos subjetivos e objetivos, nas suas vertentes simples e derivadas, privilegiadas e qualificadas ou majoradas, a concretização do iter criminis e os sujeitos da relação jurídico-penal.	**Ementa:** Parte Especial do Código Penal: Crimes contra o patrimônio – crimes contra o sentimento religioso – crimes contra o respeito aos mortos – crimes contra a dignidade sexual – crimes contra a paz público e crime organizado.
Bibliografia Básica: BALDIN, Antonio. Roteiro de Direito processual Penal - 13ª ed. São Paulo: Meio Jurídico,2009. BONFIM, Edilson Mougenot . Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. MIRABETE, Júlio Fabrrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.	
Bibliografia Complementar: FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constituicional. São Paulo: RT, 2002. GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES Antonio Sacarance. As nulidades no Processo Penal. São Paulo: RT, 2006 GRINOVER, Ada Pellegrini. As condições da ação Penal. São Paulo: Bushatisk, 1973.	

Direito Processual do Trabalho I – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Processual do Trabalho, propiciando estudo da Justiça do Trabalho, seus órgãos, o processo de conhecimento, as provas e a Sentença.	**Ementa:** Ementa. Justiça do Trabalho: histórico, organização. Ministério Público do Trabalho. Competência (material, territorial, funcional) e conflitos de jurisdição. Processo: generalidades. Dissídios individuais. Processo de Dissídio Individual. Atos, termos e prazos. Petição Inicial. Partes. Pedido.

	Autuação. Notificação. Audiência. Presença das partes. Preposto. Revelia. Confissão. Defesa: defesa direta e indireta. Conciliação. Provas. Ônus da prova. Razões finais. Sentença. Intimação. Embargos declaratórios e pré-questionamento.
Bibliografia Básica: MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: atlas, 2007. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007 GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho.São Paulo: Saraiva, 2007.	
Bibliografia Complementar: LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo:LTr, 2007	

Direito Empresarial IV – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Propiciar ao acadêmico conhecimento básico das questões fundamentais acerca do direito empresarial, bem como a sua correlação com os demais ramos do Direito, visando o desenvolvimento da capacidade de localização desses assuntos no ordenamento jurídico, sua interpretação e avaliação crítica, para aprofundamento posterior em temas comerciais específicos e nas demais disciplinas do curso.	**Ementa:** Direito Comercial Internacional. Visão genérica do comércio internacional e o posicionamento brasileiro no contexto mundial do comércio exterior. Formas de pagamento no comércio internacional: remessa antecipada e amparada por saque ou cambial, carta de crédito. Moedas conversíveis, inconversíveis e convênio. Tipos de operações em comércio exterior: sem cobertura cambial, com cobertura cambial, em consignação. Condições de venda e compra no comércio internacional (incoterms). Blocos econômicos: antecedentes, características, diferenças operacionais e análise das principais áreas de integração. Marketing Internacional – estratégia de exportação para as empresas brasileiras e desenvolvimento de produtos e mercados para exportação. Concordata suspensiva. Concordata preventiva. Empresa – caráter social. Nova Lei de Falências.
Bibliografia Básica: FABRETTI, Láudio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2004 TOMAZZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarila. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar: REQUIÃO Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.	

7º Período

Direito Civil VI – Sucessões – Carga Horária 40 h/a

Objetivos: Pretende-se, a partir do curso ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Direito Civil no que pertine a direitos das sucessões. Assim, preparado para a análise crítica das noções de sucessões, classificação dos herdeiros, ordem da vocação hereditária, concorrência sucessória, transmissibilidade da herança, testamentos, inventário e partilha, o discente estará munido do conhecimento necessário para o melhor trato com as normas civis em geral e especialmente as sucessórias, com o que passará a haver a análises destas no Direito Civil.	**Ementa:** Conceito e especificidades do Direito das sucessões, classificação dos herdeiros, ordem da vocação hereditária, concorrência sucessória, transmissibilidade da herança, testamentos, inventário e partilha.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas*. v.4. 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro.* v.5. 3.ed. ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil*. v.5 São Paulo: Atlas, 2005.	
Bibliografia Complementar: MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: Direito das coisas*. v.3. São Paulo: Saraiva, 1995. RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: direito das coisas*. São Paulo: Saraiva, 2009. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de direito civil: direito das coisas e direito autoral, v.4. 7.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2016.	

Direito Processual Civil IV – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, no curso de Direito Processual Civil IV, levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos cíveis na esfera recursal, bem como conhecer os procedimentos especiais, capacitando-o a acompanhar satisfatoriamente o processo. O discente será levado a reconhecer em situações concretas a aplicabilidade dos procedimentos cíveis estudados, na busca da tutela jurisdicional, preparando-se, através do incentivo à pesquisa, para lidar de forma crítica com a doutrina, jurisprudência e legislação.	**Ementa:** Da Ordem dos Processos nos Tribunais; Competência Originária dos Tribunais; Dos Meios de Impugnação dos Provimentos Judiciais; Teoria Geral dos Recursos; Dos Princípios Recursais; Recursos em Espécie; Dos Procedimentos Especiais; De Jurisdição Voluntária e Contenciosa; Sistematização dos Procedimentos.
Bibliografia Básica: GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. v.1. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. v.1. São Paulo: Atlas, 2005. TEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. v.1. 43.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.	

Bibliografia Complementar:

Direito Processual Penal III – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Familiarizar o aluno sobre o roteiro do Tribunal do Júri, assim como a sentença e seus efeitos, nulidades, recursos e a execução de penas, com as respectivas regras que deverão ser obedecidas dentro do devido processo legal.	**Ementa:** Recursos em matéria processual penal. Recurso em sentido estrito. Apelação. Protesto por novo júri. Carta testemunhável. Embargos. Agravo. Recurso extraordinário e recurso ordinário constitucional. Habeas-corpus. Revisão criminal. Coisa julgada penal. Execução penal. Execução das penas em espécie. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.
Bibliografia Básica: BALDIN, Antonio. Roteiro de Direito processual Penal - 1.3ª ed. São Paulo: Meio Jurídico,2009. BONFIM, Edilson Mougenot . Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. MIRABETE, Júlio Fabrrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.	
Bibliografia Complementar: GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES Antonio Sacarance. As nulidades no Processo Penal. São Paulo: RT, 2006	

Direito Penal V – Legislação Penal e Processo Especial – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades das Legislações Penais extravagantes, proporcionando uma análise de crimes não abordados em Direito Penal. Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da legislação penal extravagante.	**Ementa:** Criminologia. Conceito. Evolução. Relações com outras disciplinas. História natural do delito. Conduta criminosa. Neurose e delito. Psicose e delito: motivação. Psicose: síndromes especiais. Personalidade anti-social: características e tipos de delito. Personalidade dissocial: característica s e tipos de delito. Exame criminológico. Classificação e triagem de sentenciados. Exame somático, psicológico e sociológico do criminoso. Relatório interdisciplinar. Prognóstico criminológico. Assistência ao recluso e ao egresso. Vitimologia. Prevenção criminológica. Exame geral da legislação penal extravagante.
Bibliografia Básica: NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. São Paulo: RT. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.	
Bibliografia Complementar: DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. São Paulo: Renovar.	

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas.

Direito Administrativo I – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Capacitar o aluno para a compreensão do conceito de Direito Administrativo, de sua historicidade e das principais fontes, conhecendo todas as prerrogativas inerentes aos poderes hierárquico, normativo, de polícia, vinculado e discricionário, como viabilização para concreção dos atos administrativos, fazendo sempre uma exposição dogmática dos princípios fundamentais do Direito Administrativo, tendo em vista a consecução dos interesses da coletividade no Estado Democrático de Direito.	**Ementa:** O Direito Administrativo como ciência jurídica. Relação do Direito Administrativo com outros ramos do Direito. Direito Constitucional e Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. A relação jurídico-administrativa. Os sujeitos da relação jurídico- administrativa. A norma jurídico-administrativa. A Administração Pública: classificação, níveis, funções e princípios que regem a atuação da Administração Pública. Serviço público. Empresa pública. Autarquia e Fundações instituídas pelo Poder Público. Administração Pública brasileira. Administração Pública nos países do MERCOSUL. Administração Pública no Estado de São Paulo.
Bibliografia Básica: ARAUJO, Edmir Netto. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo Malheiros, 2006 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Atlas, 2007.	
Bibliografia Complementar: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006	

Direito Processual do Trabalho II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Processual do Trabalho, propiciando estudo da Justiça do Trabalho, seus órgãos, o processo de conhecimento e os Recursos cabíveis, bem com o cumprimento da Sentença e os títulos executivos.	**Ementa:** Recurso Extraordinário. Recurso de Revista. Correição Parcial. Liquidação. Execução. Penhora: avaliação. Agravo de instrumento. Arrematação. Embargos de terceiro. Medidas Preventivas. Dissídios Coletivos. Recurso. Mandato de Segurança. Ação Rescisória. Direito Internacional do Trabalho. O papel das normas internacionais no desenvolvimento do Direito do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Aplicação das normas internacionais no Direito Brasileiro. Conflito entre normas de direito trabalhista estrangeiras e nacionais. Atividades do estrangeiro no Brasil. Competência internacional da Justiça do Trabalho.
Bibliografia Básica: MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: atlas, 2007.	

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007
GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho.São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo:LTr, 2007.

Metodologia da Pesquisa Científica I – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: O objetivo da disciplina é ensinar e auxiliar o aluno na pesquisa e realização do trabalho científico, de modo a contribuir com o surgimento de um espírito pesquisador na busca do conhecimento.	**Ementa:** Seleção de um tema para pesquisar: etapas fundamentais. O Projeto da pesquisa. As etapas de uma pesquisa. Tipos de pesquisas. A monografia científica. Tipos de monografias científicas. Os resultados científicos e a apresentação dos resultados das pesquisas científicas.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, J.B. Redação Científica.2.ed.São Paulo: Atlas,1999.
SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho científico.21.ed São Paulo: Cortez, 2000.
LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Apresentação de Relatórios Técnicos Científicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.
LUDKE,M; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagem Quantitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.
GEWANDSZNAJDER, Fernando; ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.O Método nas Ciências Naturais e Sociais: uma pesquisa quantitativa qualitativa. 2.ed São Paulo:Pioneira, 1999.

Estágio de Prática Jurídica Supervisionado I – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: O objetivo do estágio de prática jurídica é propiciar aos acadêmicos, como instrumento destinado à efetivação do Eixo de Formação Prática do Curso de Direito, análises de processos, análises de autos findos, relatórios de audiências, relatórios das atividades de órgãos forense, estudos de caso, fundamentações jurídicas, pesquisas jurisprudenciais, pareceres jurídicos.	**Ementa:** As atividades de estágio supervisionado serão essencialmente práticas e deverão proporcionar ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas. Buscarão, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Contemplarão as práticas real e simulada forense, cumprindo, desta forma, os preceitos dos artigos 10 e 11 da Portaria MEC nº1.886/94 e a instrução Normativa CEJ/OAB nº3/97.

Bibliografia Básica:

Códigos, Autos, Doutrina e Jurisprudência de acordo com as necessidades apresentadas na prática jurídica.

Bibliografia Complementar:

Códigos, Autos, Doutrina e Jurisprudência de acordo com as necessidades apresentadas na prática jurídica.

8º Período

Direito Processual Civil V – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Pretende-se, no curso de Direito Processual Civil V, levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos executórios cíveis e, em especial a Execução de Título Extrajudicial/Judicial, liquidação e cumprimento da sentença, bem como conhecer e compreender os procedimentos da executiva do processo civil, identificando os atos processuais pertinentes a cada fase, capacitando-o para acompanhar o processo.	**Ementa:** Execução: finalidade, autonomia, espécies e princípios informativos; execução singular e coletiva; execução provisória e definitiva; pressupostos da execução; título executivo judicial e extrajudicial; Liquidação e Cumprimento Sentença; Execução por quantia certa: devedor solvente. Embargos do Devedor. Resistência do devedor; Embargos do Devedor; Embargos à arrematação e à adjudicação.
Bibliografia Básica: GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil. v.1. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. v.1. São Paulo: Atlas, 2005. TEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. v.1. 43.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.	
Bibliografia Complementar:	

Direito Processual Penal IV – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Familiarizar o aluno com a disciplina instrumental sem a qual o Direito Penal não se aperfeiçoará, sobretudo na fase de execução e cumprimento das penas, obedecidas dentro do devido processo legal.	**Ementa:** Execução penal. Execução das penas em espécie. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.
Bibliografia Básica: BALDIN, Antonio. Roteiro de Direito processual Penal - 1.3ª ed. São Paulo: Meio Jurídico,2009. BONFIM, Edilson Mougenot . Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. MIRABETE, Júlio Fabrrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas.	
Bibliografia Complementar: FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constituicional. São Paulo: RT, 2002. GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES Antonio Sacarance. As nulidades no Processo Penal. São Paulo: RT, 2006 GRINOVER, Ada Pellegrini. As condições da ação Penal. São Paulo: Bushatisk, 1973.	

Direito Tributário I – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Fornecer conhecimento básico sobre o Direito Tributário, estimulando a pesquisa científica relativa à matéria e sua	**Ementa:** Direito Tributário e outros ramos do Direito. Direito Tributário: Noções Gerais. Fontes do Direito Tributário. Os Tributos:

aplicação prática sob a ótica da legislação tributária vigente e da Constituição Federal.	conceitos, espécies e classificações. Sistema Tributário Nacional. Princípios implícitos. Princípios expressos. Limitações ao Poder de Tributar. Competência Tributária. Impostos. Taxas. Contribuições de Melhoria. Contribuições Sociais. Empréstimos compulsórios. Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Imunidades. Administração Tributária. Ilícito Tributário. Os tributos aplicáveis às atividades comerciais de importação e exportação.
Bibliografia Básica: CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiro, 2002 AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1999. BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1999	
Bibliografia Complementar: ATALIBA, Geraldo. Hipóteses de Incidência Tributária. Revista dos Tribunias, 1975 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Elementos de Direito Administrativo. Revista dos Tribunais, 1980 CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiro, 2002.	

Medicina Forense – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Familiarizar-se com as ciências médicas e afins aplicadas ao âmbito das ciências jurídicas; Dominar as terminologias técnicas médico-forenses para atuação na área jurídica; Reconhecer as características típicas da atividade pericial criminal e cível, bem como reconhecer os aspectos de maior relevância; Pesquisar novos métodos e ramos da medicina forense, que auxiliam o direito constituído e constituendo; Identificar os momentos oportunos de solicitar laudos; Peticionar e a quem peticionar; Elaborar quesitos; Avaliar o alcance e interpretar os documentos médico-forenses e afins e quais as falhas por onde iniciar uma boa defesa ou acusação; Distinguir a medicina legal da medicina forense.	**Ementa:** História e evolução da Medicina Forense. Antropologia forense. Identidade e Identificação. Agentes mecânicos externos e internos, simples e compostos. Asfixiologia. Morte, tanatologia (conceitos, momento, cronotanatognose). Lesões corporais. Perícias relacionadas com as lesões corporais. Aborto. Infanticídio. Conjunção carnal e violências sexuais. Toxicofilias (drogas lícitas e ilícitas). Balística, noções básicas.
Bibliografia Básica: VANRRELL, Jorge Paulette; BORBOREMA, Maria de L. Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal. Leme: Mizuno, 2007. ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ferreira. LIções de Medicina Legal. São Paulo: Ed. Nacional, 1981. (17ª edição) VANRRELL, Jorge Paulette. Sexologia Forense. Leme: J H Mizuno, 2008.	
Bibliografia Complementar:	

FÁVERO, Flamínio. Medicina Legal introdução ao estudo da medicina legal. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980 (10 ª Edição). 2 volumes.

Direito Administrativo II – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Capacitar o aluno para a compreensão do conceito de Direito Administrativo, de sua historicidade e das principais fontes, conhecendo todas as prerrogativas inerentes aos poderes hierárquico, normativo, de polícia, vinculado e discricionário, como viabilização para concreção dos atos administrativos, fazendo sempre uma exposição dogmática dos princípios fundamentais do Direito Administrativo, tendo em vista a consecução dos interesses da coletividade no Estado Democrático de Direito.	**Ementa:** O Ato Administrativo. Existência, validade, eficácia e tipos de Ato Administrativo. Contratos administrativos. Licitação. Concessão de Serviço Público. Desapropriação. Limitações administrativas da propriedade. Tombamento. Controle da Administração Pública. Espécies de controle da Administração Pública. O Contencioso administrativo: grandes experiências internacionais. A Função Pública. O Servidor Público.
Bibliografia Básica: ARAUJO, Edmir Netto. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo Malheiros, 2006 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Atlas, 2007.	
Bibliografia Complementar: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.	

Prática Processual Trabalhista - Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se na Prática Processual Trabalhista levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos processuais e, em especial, a elaboração de petições e rotinas judiciais/ extrajudiciais simuladas, identificando os atos processuais pertinentes a cada fase do processo, capacitando-o para o acompanhamento do processo. O discente será levado a reconhecer em situações simuladas a aplicabilidade dos procedimentos trabalhistas estudados na busca da tutela jurisdicional, preparando-se para lidar de forma crítica com a doutrina, jurisprudência e legislação, visando o aprimoramento dos princípios básicos e gerais da advocacia, com ensinamento do funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário e seus auxiliares, de molde a que o discente tenha condições de desenvolver e aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos, adquiridos nas demais disciplinas.	**Ementa:** Elaboração de atividades simuladas e orientados de prática jurídica trabalhista, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Reclamações trabalhistas, contestações, manifestações sobre provas técnicas, razões finais, recursos e demais intervenções processuais, envolvendo os diversos procedimentos de natureza trabalhista. Treinamento prático e profissional onde o aluno exercita as diversas petições do processo do trabalho.

Bibliografia Básica: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTR. 19.ed, 2003.	
Bibliografia Complementar:	

Metodologia da Pesquisa Científica II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: O objetivo da disciplina é ensinar e auxiliar o aluno na pesquisa e realização do trabalho científico, de modo a contribuir com o surgimento de um espírito pesquisador na busca do conhecimento.	**Ementa:** Seleção de um tema para pesquisar: etapas fundamentais. O Projeto da pesquisa. As etapas de uma pesquisa. Tipos de pesquisas. A monografia científica. Tipos de monografias científicas. Os resultados científicos e a apresentação dos resultados das pesquisas científicas.
Bibliografia Básica: LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. MEDEIROS, J.B. Redação Científica.2.ed.São Paulo: Atlas,1999. SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho científico.21.ed São Paulo: Cortez, 2000.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Apresentação de Relatórios Técnicos Científicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2000. LUDKE,M; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagem Quantitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. GEWANDSZNAJDER, Fernando; ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.O Método nas Ciências Naturais e Sociais: uma pesquisa quantitativa qualitativa. 2.ed São Paulo:Pioneira, 1999.	

Estágio de Prática Jurídica Supervisionado II – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: O objetivo do estágio de prática jurídica é propiciar aos acadêmicos, como instrumento destinado à efetivação do Eixo de Formação Prática do Curso de Direito, atividades práticas simuladas e atividades práticas reais, consistente nas atividades desenvolvidas junto ao Serviço de Assistência Jurídica Gratuita.	**Ementa:** As atividades de estágio supervisionado serão essencialmente práticas e deverão proporcionar ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas. Buscarão, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Contemplarão as práticas real e simulada forense, cumprindo, desta forma, os preceitos dos artigos 10 e 11 da Portaria MEC nº1.886/94 e a instrução Normativa CEJ/OAB nº3/97.
Bibliografia Básica: Códigos, Autos, Doutrina e Jurisprudência de acordo com as necessidades apresentadas na prática jurídica.	

Bibliografia Complementar:

Trabalho de Conclusão de Curso I – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A atividade tem como objetivo capacitar o aluno ao desenvolvimento de projeto de pesquisa. O enfoque do projeto é a elaboração de projeto da monografia que será confeccionada como Trabalho de Conclusão de Curso.	**Ementa:** Ciência do Direito e Pesquisas Jurídicas. Sociologia Jurídica e os desafios do Pesquisador Jurídico. A metodologia para as pesquisas jurídicas. Objeto de estudo e métodos. A seleção de um tema de pesquisa. A preparação de uma pesquisa. Etapas de uma pesquisa jurídica. Informe de uma pesquisa e monografia. Monografia Científica: estrutura, metodologia de trabalho. As técnicas para escrever uma monografia jurídica. A defesa da monografia jurídica.
Bibliografia Básica: NUNES, Rizzato. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar:	

9º Período

Direito Tributário II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Fornecer conhecimento básico sobre o Direito Tributário, estimulando a pesquisa científica relativa à matéria e sua aplicação prática.	**Ementa:** Imposto de Renda. Patrimônio e Renda. Fatores de produção. Remuneração. Acréscimos patrimoniais. Transferências e pagamentos de capital. Pagamentos e transferências de renda. Renda e rendimento. Imposto de Renda. Regimes de fonte e de declaração. Regimes financeiro e econômico. Apuração da renda líquida. Fato gerador. Contribuinte. Imposto de Renda. Apuração do lucro real. Custo e despesa. Inversão de capital e consumo. Noções gerais de contabilidade. Ativo, passivo e patrimônio líquido. Apuração de resultados. Receita e lucro. Imposto Sobre Produtos Industrializados. Não cumulatividade. Direito e estorno de crédito. Fato gerador.

	Contribuintes. Cálculo e escrituração. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Não cumulatividade. Direito e estorno de crédito. Fato gerador. Contribuintes. Cálculo e escrituração. Imposto Sobre Serviço. Fato gerador. Regimes de apuração. Lista de serviços. Contribuintes. Base de cálculo e alíquotas. Lançamento. Cálculo e escrituração. Outros Impostos federais, estaduais e municipais integrantes do Sistema Tributário Nacional. Sinopse de fato gerado, base de cálculo, alíquota e contribuinte.
Bibliografia Básica: CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiro, 2002 AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1999. BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1999.	
Bibliografia Complementar: ATALIBA, Geraldo. Hipóteses de Incidência Tributária. Revista dos Tribunias, 1975. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Elementos de Direito Administrativo. Revista dos Tribunais, 1980 CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiro, 2002.	

Direito Internacional Público e Privado – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se, a partir do curso ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Direito Internacional Público e Privado. Assim, preparado para a análise crítica das noções de ação, processo e jurisdição, o discente estará munido do conhecimento necessário para o melhor trato com as normas civis específicas, com o que passará a haver a análises destas no Direito Internacional. A abordagem jamais será simplesmente dogmática, já que mesmo matérias técnicas, como a presente, devem ser norteadas pela sensibilidade social – que cerca toda e qualquer disciplina do ensino superior, especialmente do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Assim, o discente se preparará de forma efetiva para a futura vida profissional, cercada de responsabilidade social.	**Ementa:** Noções Preliminares. Conceituações Básicas. Direito Internacional Público. Tratados. Costumes. Princípios Gerais do direito. Águas internacionais e interiores. Espaço aéreo. Espaço Extra-Atmosférico. Conflitos Internacionais Soluções. Guerras. Direito Internacional Privado. Métodos de Aplicação do Direito. Fontes Formais. Conexão. Aplicação do Direito Estrangeiro. Nacionalidade. Competência Internacional. Direitos Civil, Trabalhista, Penal Estrangeiros.
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.	

Bibliografia Complementar:

Ética Profissional – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades da Ética Profissional, seus principais conceitos, princípios e elementos. Contribuir para a formação do pensamento voltando à conduta ética do futuro profissional, além de transmitir os principais conteúdos do Código de Ética e Disciplina da OAB.	**Ementa:** Ética do Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. As normas do Código de Ética. Deveres do advogado. O dever de confraternidade. A defesa do réu pobre. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. O Seccional da OAB do Estado de São Paulo.
Bibliografia Básica: LOBÔ, Paulo Luiz. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 3.ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2002. CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB, disponível em: http://www.oabsp.org.br/codigo-de-etica-2016. HART, Hebert L. A., Direito, liberdade e moralidade (law, liberty and morality). Tradução de Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Fabris, 1987. LYONS, David, As regras morais e a ética. Tradução de Luís Alberto Peluso. Campinas: Papirus, 1990.	
Bibliografia Complementar: MAMEDE, Gladston. Fundamentos da legislação do advogado. São Paulo: Atlas, 2002. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: RT, 2001. PERELMAN, Chaim, Ética e direito. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.	

Direito Processual Constitucional – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento teórico relativo ao processo constitucional, bem como seu exercício em casos práticos, inclusive incorporando noções de ramos do direito material (civil, administrativo, tributário, entre outros), possibilitando ao aluno a atuação com desenvoltura no âmbito dos tribunais.	**Ementa:** Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Direito de Petição. Remédios Constitucionais. Habeas Corpus. Habeas Data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança: Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Instrumentos Constitucionais de Controle da Constitucionalidade. Perspectivas do Direito Processual Constitucional.
Bibliografia Básica: ARAUJO, Luiz Alberto David & NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.	
Bibliografia Complementar:	

Responsabilidade Civil – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo estudo de noções indispensáveis da Responsabilidade Civil, bem como dotar o discente do instrumental dogmático capaz de torná-lo apto a operar na seara da responsabilidade civil contratual ou extracontratual.	**Ementa:** Conceito. Evolução histórica. Responsabilidade aquiliana e responsabilidade contratual. Distinção e características. Responsabilidade subjetiva e cláusula geral de responsabilidade objetiva. Responsabilidade objetiva. A teoria do risco. Dano. Dano patrimonial e dano moral. Culpa. Nexo de causalidade entre a culpa e o dano. Responsabilidade civil por fato de terceiro. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas. Responsabilidade civil do estado. Direito de regresso. Teorias da culpa, risco administrativo e risco integral. Excludentes da responsabilidade civil.
Bibliografia Básica: KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. Direito do Consumidor: Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor em Juízo. São Paulo: Atlas, 2009.	
Bibliografia Complementar:	

Prática Processual Penal – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se na Prática Processual Penal levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos processuais criminais e, em especial, a elaboração de peças processuais e rotinas judiciais e extrajudiciais simuladas, identificando os atos processuais pertinentes a cada fase do processo, capacitando-o para o acompanhamento do processo. O discente será levado a reconhecer em situações simuladas a aplicabilidade dos procedimentos penais estudados na busca da tutela jurisdicional, preparando-se para lidar de forma crítica com a doutrina, jurisprudência e legislação, visando o aprimoramento dos princípios básicos e gerais da advocacia, com ensinamento do funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário e seus auxiliares, de molde a que o discente tenha condições de desenvolver e aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos, adquiridos nas demais disciplinas.	**Ementa:** Exame da OAB; procedimentos; relaxamento de prisão; liberdade provisória; queixa crime; defesa preliminar; alegações finais; recurso em sentido estrito; habeas corpus; progressão de regime; livramento.
Bibliografia Básica: NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.	

MESSA, Ana Flávia. Prática Penal para o Exame da OAB. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Bibliografia Complementar: ISHIDA, Válter Kenji. Prática Jurídica Penal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Estágio de Prática Supervisionado III – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: O objetivo do estágio de prática jurídica é propiciar aos acadêmicos, como instrumento destinado à efetivação do Eixo de Formação Prática do Curso de Direito, atividades práticas simuladas e atividades práticas reais, consistente nas atividades desenvolvidas junto ao Serviço de Assistência Jurídica Gratuita.	**Ementa:** As atividades de estágio supervisionado serão essencialmente práticas e deverão proporcionar ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas. Buscarão, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Contemplarão as práticas real e simulada forense, cumprindo, desta forma, os preceitos dos artigos 10 e 11 da Portaria MEC nº1.886/94 e a instrução Normativa CEJ/OAB nº3/97
Bibliografia Básica: Códigos, Autos, Doutrina e Jurisprudência de acordo com as necessidades apresentadas na prática jurídica.	
Bibliografia Complementar:	

Trabalho de Conclusão de Curso II – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A atividade tem como objetivo capacitar o aluno ao desenvolvimento de projeto de pesquisa. O enfoque do projeto é a elaboração de projeto da monografia que será confeccionada como Trabalho de Conclusão de Curso.	**Ementa:** Ciência do Direito e Pesquisas Jurídicas. Sociologia Jurídica e os desafios do Pesquisador Jurídico. A metodologia para as pesquisas jurídicas. Objeto de estudo e métodos. A seleção de um tema de pesquisa. A preparação de uma pesquisa. Etapas de uma pesquisa jurídica. Informe de uma pesquisa e monografia. Monografia Científica: estrutura, metodologia de trabalho. As técnicas para escrever uma monografia jurídica. A defesa da monografia jurídica.
Bibliografia Básica: NUNES, Rizzato. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar:	

10º Período

Estatuto da Criança e do Adolescente - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Pretende-se, a partir do curso ministrado, levar o aluno a conceber de forma crítica as instituições básicas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Assim, preparado para a análise crítica das noções de direitos fundamentais da criança, ato infracional, medidas pertinentes aos pais e responsáveis e dos crimes e infrações administrativas, o discente estará munido do conhecimento necessário para o melhor trato com o estatuto e normas em geral. A abordagem jamais será simplesmente dogmática, já que, mesmo matérias como a presente, devem ser norteadas pela sensibilidade social que cerca toda e qualquer disciplina do ensino superior. Assim, o discente se preparará de forma efetiva para a futura vida profissional, cercada de responsabilidade social.	**Ementa:** Analisar, comentar, interpretar e relacionar o ECA com a prática jurídica e a convivência social.
Bibliografia Básica: DEL CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara; OLIVEIRA, Thales Cezar de. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas, 2009 ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas, 2009. VALENTE, José Jacob. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas, 2005.	
Bibliografia Complementar: ISHIDA, Valter Kenji. Infração Administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas, 2008.	

Prática Processual Civil – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: Pretende-se na Prática Processual Civil levar o aluno a adquirir visão ampla dos procedimentos processuais cíveis e, em especial, a elaboração de peças processuais e rotinas judiciais e extrajudiciais simuladas, identificando os atos processuais pertinentes a cada fase do processo, capacitando-o para o acompanhamento do processo. O discente será levado a reconhecer em situações simuladas a aplicabilidade dos procedimentos cíveis estudados na busca da tutela jurisdicional, preparando-se para lidar de forma crítica com a doutrina, jurisprudência e legislação, visando o aprimoramento dos princípios básicos e gerais da advocacia, com ensinamento do funcionamento dos órgãos	**Ementa:** Elaboração de atividades simuladas e orientados de prática jurídica civil. Petição Inicial, Defesas do Réu, Tutelas Provisórias, Cumprimento de Sentença; Execução, Resistência do Devedor; Embargos de Terceiro; Embargos; Recursos.Treinamento prático e profissional onde o aluno exercita as diversas petições do processo civil.

do Poder Judiciário e seus auxiliares, de molde a que o discente tenha condições de desenvolver e aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos, adquiridos nas demais disciplinas.	
Bibliografia Básica: DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.	
Bibliografia Complementar:	

Direito Ambiental e Agrário – Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: O objetivo geral da disciplina de Direito Ambiental é proporcionar ao acadêmico uma formação que permita, ao mesmo tempo, equacionar conflitos e, sobretudo, compreender os desafios colocados pela tarefa de construção de uma sociedade sustentável, associado a compreensão e aplicação do Direito Ambiental. Busca-se analisar o contexto da importância da temática do direito agrário e os seus conteúdos de cunho integralmente ligado com o direito brasileiro, para, assim, entender a importância do setor rural os contornos relacionados a este ramo do direito, bem como a propriedade e suas complexidades, buscando o entendimento da origem dos conflitos agrários.	**Ementa:** Legislação e órgãos protetores do meio ambiente. Modelo jurídico para a proteção do meio ambiente. O Direito Ambiental na Constituição de 1988. Competências Legislativas. Cidadania e Meio Ambiente: Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Informação Ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental: responsabilidade civil por danos ao meio ambiente (Lei 7347/85). Poder de política ambiental: Licenciamento ambiental, zoneamento ambiental, padrões ambientais. Unidades de conservação da natureza, regime jurídico. Código Florestal (Lei 4774/65). Poluição atmosférica. Poluição das águas doces, mares e zonas costeiras. Poluição do solo: resíduos industriais, tóxicos e perigosos. Poluição sonora. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Direito Ambiental: Noções Gerais. Tutela Jurídica do Meio Ambiente. Competência Legislativa. Proteção do patrimônio natural. Direito Ambiental Penal. Direito Ambiental Internacional.
Bibliografia Básica: GRANZIERA, Maria Luiza Machado, Direito ambiental – São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, Bruno Campos et al. Direito ambiental: enfoques variados / Bruno Campos Silva(organizador). São Paulo: Lemos & Cruz, 2004. SIRVINSKAS, Luis Paulo , Manual de direito ambiental / 4 ed. Rev. , atual. E ampl. -São Paulo: Saraiva, 2006.	
Bibliografia Complementar: Legislação de Direito ambiental/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes.- São Paulo: Saraiva, 2008.- (coleção Saraiva de Legislação)	

Direito do Consumidor – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Fornecer conhecimento básico sobre o Direito do Consumidor, estimulando a pesquisa científica relativa à matéria e sua aplicação prática. Instrumentos processuais para sua defesa do consumidor, com uma visão legal e constitucional voltada para proteção dos direitos fundamentais. Contribuir para uma política de prevenção do litígio e sua composição extrajudicial.	**Ementa:** Código de Defesa do Consumidor. Vícios aparentes no Código de Defesa do Consumidor. Ineficácia e extinção dos contratos. Campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor nos Contratos. Estudo comparado dos contratos cíveis. Procon, IDEC e outros órgãos de proteção e defesa.
Bibliografia Básica: DENSA, Roberta. Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2007. (3ª Edição). OLIVEIRA, James Eduardo. Código de Defesa do Consumidor - comentado e anotado. São Paulo: Atlas, 2007. (3ª Edição). SODRÉ, Marcelo Gomes. A Construção do Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2008.	
Bibliografia Complementar: KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. Direito do Consumidor: Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor em Juízo. São Paulo: Atlas, 2009.	

Direito Previdenciário – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Proporcionar ao egresso do curso o conhecimento da evolução histórica a concepção de "seguro social" no Brasil, o conhecimento das normas e órgãos do sistema de Seguridade Social e Previdenciário Brasileiro. Dotar o egresso da compreensão do Direito Previdenciário, fornecendo-lhe uma visão ampla e geral sobre os principais aspectos deste sistema, capacitando-o de instrumental teórico que possibilite a compreensão e a aplicação prática desses conceitos. Diagnosticar os fenômenos sociais sob o enfoque constitucional, político, social, econômico e jurídico, como regra básica na construção da cidadania.	**Ementa:** Evolução histórica do Direito Previdenciário. Conceito. Fontes do Direito Previdenciário. Interpretação. Natureza Jurídica. A lei previdenciária no tempo e no espaço. Princípios. O sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988: princípios constitucionais, previdência, assistência e saúde. Regime geral de previdência social : segurados e dependentes. Benefícios. Acidente do trabalho. Relação de custeio. Evolução da previdência social no mundo e no Brasil. Sistema geral. A lei orgânica. Atividades abrangidas pela previdência. Beneficiários. Custeio. Prestações concedidas pela previdência. Acidentes de trabalho. Administração e contencioso da previdência social. Disposições penais da previdência social. Sistemas especiais. Tendências e rumos gerais da previdência social. Seguridade Social.
Bibliografia Básica: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTR. 19.ed, 2003. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2003. SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho. Ed. LTR, 2002.	
Bibliografia Complementar: ALMEIDA. André Luiz Paes. Direito do Trabalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Rideel, 2007. NERY JR, Nelson. 800 em 1. Vade Mecum - Acadêmico & profissional. Franca: Lemos & Cruz, 2007.	

SUSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de direito do trabalho. 19 ed. São Paulo: LTR, 2000.

Trabalho de Conclusão de Curso III – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A atividade tem como objetivo capacitar o aluno ao desenvolvimento de projeto de pesquisa. O enfoque do projeto é a elaboração de projeto da monografia que será confeccionada como Trabalho de Conclusão de Curso.	**Ementa:** Ciência do Direito e Pesquisas Jurídicas. Sociologia Jurídica e os desafios do Pesquisador Jurídico. A metodologia para as pesquisas jurídicas. Objeto de estudo e métodos. A seleção de um tema de pesquisa. A preparação de uma pesquisa. Etapas de uma pesquisa jurídica. Informe de uma pesquisa e monografia. Monografia Científica: estrutura, metodologia de trabalho. As técnicas para escrever uma monografia jurídica. A defesa da monografia jurídica.
Bibliografia Básica: NUNES, Rizzato. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.	
Bibliografia Complementar:	

Estágio de Prática Jurídica Supervisionado IV - Carga Horária 80 h/a	
Objetivos: O objetivo do estágio de prática jurídica é propiciar aos acadêmicos, como instrumento destinado à efetivação do Eixo de Formação Prática do Curso de Direito, atividades práticas simuladas e atividades práticas reais, consistente nas atividades desenvolvidas junto ao Serviço de Assistência Jurídica Gratuita.	**Ementa:** As atividades de estágio supervisionado serão essencialmente práticas e deverão proporcionar ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas. Buscarão, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Contemplarão as práticas real e simulada forense, cumprindo, desta forma, os preceitos dos artigos 10 e 11 da Portaria MEC nº1.886/94 e a instrução Normativa CEJ/OAB nº3/97
Bibliografia Básica: Códigos, Autos, Doutrina e Jurisprudência de acordo com as necessidades apresentadas na prática jurídica.	
Bibliografia Complementar:	

DISCIPLINAS OPTATIVAS

OPTATIVA: Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS – Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Desenvolver habilidades básicas	**Ementa:** O aluno deverá ter noções básicas

de comunicação na Língua Brasileira de Sinais e o reconhecimento da pessoa surda como integrante de uma comunidade minoritária, usuários de uma língua de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de surdos.	sobre: Alfabeto e Numerais; Saudações e Cores; Família, Alimentos e Bebidas; Animais e Natureza; Substantivos, Adjetivos e Pronomes; Verbos; Vestimenta e Acessórios; Estados do Brasil e Regiões do Mundo; Termos Escolares.
Bibliografia Básica: BORNE, Roseclélia Maria Malucelli, Representações dos surdos em relação à surdez e implicações na interação social, dissertação de mestrado da UTP, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2002 GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997. DORZIAT, Ana. Metodologias especificas ao ensino de surdos: análise crítica. http://www.ines.org.br/ines_livros/13/13_PRINCIPAL.HTM	
Bibliografia Complementar:	

OPTATIVA: Democracia e Direitos Humanos - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades dos Direitos Humanos, analisando o seu desenvolvimento histórico e os valores difundidos na Declaração Universal dos Direitos humanos e os sistemas internacionais de Direitos Humanos. Contribuir na análise dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo.	**Ementa:** Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Os grandes valores ético-jurídicos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cidadania enquanto fenômeno jurídico - Direitos Humanos e Constituição. Cidadania, Direitos Humanos e democracia. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Cidadania e meio ambiente. Pluralismo, tolerância e cidadania. Direitos Humanos no Brasil. Os direitos humanos no sistema internacional: sistema global e sistemas regionais. O sistema interamericano. Diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira sob o enfoque dos direitos humanos. Os direitos humanos dos povos indígenas no Brasil e o estabelecimento das correlações entre direito, justiça, lei e costumes nas sociedades primitivas.
Bibliografia Básica:	
Bibliografia Complementar:	

OPTATIVA: Conciliação, Mediação e Arbitragem - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Demonstrar o rompimento da concepção tradicional individualista e litigante, adicionada às necessidades prementes da sociedade moderna em que a agilidade e a composição de interesses demandam métodos e organização com vínculo jurídico, mas essencialmente extrajudiciais, é o objetivo desta disciplina. Apresentar e exercitar as formas preventivas de litígios é a linha mestra desta disciplina.	**Ementa:** Resolução consensual de conflitos. Métodos de solução de conflitos. Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem. Princípios da Conciliação e Mediação. A figura do Conciliador e Mediador. Aplicações e técnicas de Conciliação/Mediação. A Lei de Arbitragem. Cláusula Arbitral. Árbitro. Mudança de Paradigmas.
Bibliografia Básica:	
Bibliografia Complementar:	

OPTATIVA: Direito Eletrônico e da Informática - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.	**Ementa:** Introdução ao Direito de Informática. Natureza jurídica do Direito Eletrônico ou Digital: Direito Público ou Direito Privado? Relação do Direito Eletrônico com outros ramos do Direito. A Lei do Processo Eletrônico. Direito do Consumidor no meio Eletrônico. Responsabilidade Civil dos Provedores. Monitoramento Eletrônico. Crimes Digitais. Contratos Eletrônicos. O Valor Probante das Provas Obtidas no Meio Eletrônico. Marco relatório da internet.
Bibliografia Básica:	
Bibliografia Complementar:	

OPTATIVA: Direito Econômico e Financeiro - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Proporcionar ao aluno o manuseio, a aplicação e a compreensão do direito econômico e financeiro, objetivamente no que diz respeito no campo constitucional. Através desta disciplina o aluno compreenderá as noções elementares sobre o direito constitucional econômico e financeiro visto como um todo para, só então, adentrar nas especificidades não só dos organismos e instituições.	**Ementa:** Direito Econômico. Conceito. Regras do Direito Civil, Comercial, Administrativo, Penal e Tributário. Regras de Direito Público e Direito Privado. A Intervenção do Estado na Economia: Histórico. Preceitos constitucionais. Os monopólios do Estado. Empresas Públicas e de Economia Mista. Intervenção no Mercado Financeiro. O Banco Central do Brasil. O Mercado de Capitais e a Comissão de Valores Mobiliários. Auto-Regulação. O Abuso do Poder Econômico. A Nova Lei Antitruste. O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Direito Bancário. Lei de reforma bancária. O Banco Central. O Banco Comercial. Banco de desenvolvimento. Bancos de Investimento. A regulamentação da atividade bancária. A execução das obrigações bancárias. O certificado de depósito. O cheque. Regulamentação internacional. Caracterização das responsabilidades pela emissão dos cheques sem fundos. A função social dos bancos. Direito Internacional Econômico: noções gerais. Princípios da Soberania e da Igualdade. Cooperação internacional. Direito Internacional Econômico: características. Comércio internacional. GATT. Empresas transnacionais e internacionais. Investimentos estrangeiros. Nacionalização de empresas. Contratos. Transferências de tecnologia. Direito Internacional da Moeda. Nova Ordem Econômica Internacional. Histórico das Leis Anti-Mapingui, de Subsídios e Medidas Compensatórias no Âmbito Internacional. O Mercosul e um possível "Direito Econômico Latino Americano".
Bibliografia Básica: NUSDEO, Fábio. Introdução ao direito econômico. 3°. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e tributário. 9ª ed. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito tributário. Sinopses jurídicas. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
Bibliografia Complementar: NERY JR, Nelson. 800 em 1. Vade Mecum - Acadêmico & profissional. Franca: Lemos & Cruz, 2007.	

OPTATIVA: Direito Eleitoral - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: A disciplina tem como objetivo tratar o Direito Eleitoral de forma a abranger, com aprofundamento doutrinário e jurisprudencial atualizado, os principais tópicos relativos à matéria. Portanto, estudaremos as diversas interfaces do Direito Eleitoral, de modo a examinar a estrutura da Justiça Eleitoral, envolvendo os direitos políticos com seus condicionantes e respectivas restrições e ações.	**Ementa:** Conceitos, Atuação da Justiça Eleitoral; Direitos Políticos; O povo e sua representação; Organizações Partidárias; Sistemas eleitorais; Processo eletivo; Crimes eleitorais e seus reflexos na Justiça Eleitoral.
Bibliografia Básica: PINTO, Dijalma. Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2007. SPITZCOVSKY, Celso. Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2008. VELLOSO, Carlos Mário; AGRA, Walber de Moura. elementos de Diretio Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2009.	
Bibliografia Complementar: TELLES, Olivia Raposo da Silva. Direito eleitoral Comparado - Brasil, Estados Unidos e França. São Paulo: Saraiva, 2009.	

OPTATIVA: Linguagem e Argumentação Jurídica - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Reconhecer a linguagem jurídica como instrumento de socialização do conhecimento, levando em consideração a função social da linguagem; Propiciar ao aluno a habilidade de comunicar-se, empregando adequadamente a linguagem nas diferentes situações de comunicação jurídica, qualificando-o para o exercício das carreiras jurídicas; Produzir textos claros, coesos e coerentes, conforme as modalidades textuais estudadas; Auxiliar no desenvolvimento do raciocínio jurídico por parte do aluno.	**Ementa:** O Direito como discurso. Comunicação jurídica. O discurso judicial e ciência do direito. O emprego textual do vocabulário jurídico. O discurso jurídico e a prática forense. Estruturas lingüísticas das peças judiciais e dos instrumentos jurídicos. Retórica. Lógica Jurídica. Eloqüência e Oratória Jurídica. Estilística. A interpretação do Direito e o papel da linguagem. Regras de interpretação, leitura e linguagem dos textos legais.
Bibliografia Básica: BITTAR, Eduarado C. de. Linguagem Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009. NASCIMENTO, Edmundo Dantes Nascimento. Lógica Aplicada à Advocacia. São Paulo: Saraiva, 2008. NASCIMENTO, Edmundo Dantes Nascimento. Linguagem Forense. São Paulo: Saraiva, 2009.	
Bibliografia Complementar: MELLO, Jônatas Junqueira. Boa Idéia - Anova ortografia para advogados, estudantes e Curiosos. São Paulo: Saraiva, 2009.	

OPTATIVA: Biodireito - Carga Horária 40 h/a	
Objetivos: Transmitir aos estudantes noções introdutórias acerca da nova área Biodireito,	**Ementa:** Direito e Bioética. Princípios da Bioética. Nascimento ao Biodireito. Conceito

bem como seu objeto, através de uma integração entre o conhecimento teórico e uma práxis que implique numa percepção interdisciplinar entre as questões da área da saúde e a dogmática jurídica.	e princípios do Biodireito. Ser humano e natureza. Inseminação artificial e fertilização in vitro. Engenharia genética, Clonagem, Manipulação genética e seus limites. Procriação assistida. Clonagem. Transplante de órgãos e tecidos. Aborto e eutanásia. Transgênicos. Macrobioética e meio ambiente.
Bibliografia Básica:	
Bibliografia Complementar:	

1.6. * Metodologia.

A metodologia do ensino do Curso de Direito da Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível seguiu a perspectiva de que é impossível utilizar um método "puro" para estudar um fenômeno "impuro" como é o Direito, por isso está centrada na ideia de que os professores, atuando como uma equipe de curso, deixem de ser meros transmissores de informações em reiterados monólogos e assumam o papel de mediadores, orientadores e transformadores do processo educativo, propiciando que os acadêmicos possam construir e estruturar os seus conhecimentos e adquirir as competências esperadas, que permitam garantir a consecução do perfil profissional almejado.

A característica essencial da metodologia do ensino que se utiliza é a de criar condições para que o aluno possa realizar, durante o processo de formação, um conjunto de operações mentais que o conduzem ao aprendizado jurídico. Tais operações podem ser lógicas, teóricas e profissionais, num processo progressivo e gradativo de assimilação de conhecimentos e competências, onde o professor deve atuar como promotor de estímulos, orientador, mediador e facilitador, valorizando a pesquisa, a descoberta e a solução de problemas teóricos, profissionais e sociais pelos alunos, através de atividades individuais e grupais, o que tem imprimido ao curso uma maneira diferente de desenvolvimento do processo educativo. O professor para tanto deve diversificar os tipos de aulas, incrementando atividades didáticas não tradicionais, ampliando em quantidade e qualidade o acervo bibliográfico que orienta, incluindo além dos livros, uma variedade de periódicos, revistas, fitas de vídeo, site da internet e outros materiais em suporte eletrônico.

O estudo de casos, como método, vincula o aluno com a realidade profissional e social e os elementos teóricos, dinamizando o processo educativo e estimularam a reflexão crítica, a iniciativa, a autonomia e a criatividade nos acadêmicos. A leitura reflexiva prévia, a troca e intercâmbio de ideias e soluções, bem como debate que acontece entre os integrantes das classes supera métodos e técnicas tradicionais e

favorece a qualidade do ensino. A metodologia do ensino orientada na permanente procura do aluno pelo processo educativo, alcança objetivos que não conduzem só à contemplação, senão o orientando ao aprendizado (não mais ao ensino), procurando elevar os níveis de estudo.

Enfim, a metodologia do ensino utilizada serve para favorecer o desenvolvimento das competências profissionais e as potencialidades individuais dos acadêmicos.

As disciplinas de Prática Processual Civil, Penal e Trabalhista, fazem a ligação da parte prática com a teórica, sendo facilitadora para os acadêmicos de modo que o que se ensina na sala de aula se coloca em prática no NPJ.

Os convênios firmados pela FAECA Dom Bosco a auxiliam de modo que as instituições conveniadas proporcionam oportunidades de estágio e atuação prática fora do âmbito da Faculdade, podendo o acadêmico experimentar na prática e na atuação real de seus membros como funcionam as diferentes carreiras jurídicas.

1.7. * Estágio curricular supervisionado.

Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

O Estágio Curricular, requisito legal para a obtenção do título de bacharel/licenciado, constitui, dentro das atividades curriculares, uma atividade obrigatória para o exercício profissional. Entende-se por estágio o período de desenvolvimento de habilidades profissionais supervisionadas no qual o profissional em formação (aluno) agrega capacidade para o exercício da profissão.

No estágio, as atividades de aprendizagem profissional são desenvolvidas com a participação do estudante em situações reais, realizadas na própria instituição de ensino, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, na sala de aula e/ou na comunidade em geral, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a supervisão da IES.

A Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível – SP regulamentou o estágio do Curso de Direito seguindo as regulamentações dos órgãos superiores, seja do MEC ou CNE/CES, por meio do qual todos os alunos estão obrigados a cumprir o estágio curricular obrigatório com objetivo prático-profissional e também para que seja integralizada na carga horária total do curso, sendo exigidas 300 horas mínimas de estágio, distribuídas entre o 7ª e 10º Semestre letivo do Curso de Direito.

Portanto, o objetivo do estágio jurídico é propiciar aos acadêmicos, como instrumento destinado à efetivação do Eixo de Formação Prática do Curso de Direito, nos termos especificados pelo projeto pedagógico do curso e nas diretrizes curriculares, o desenvolvimento das seguintes competências integradas a serem desenvolvidas pelos discentes:

I - Atividade Prática Jurídica Externa relacionada às atividades de Prática Jurídica I, a serem desenvolvidas pelos acadêmicos regularmente matriculados no 7º semestre, consistindo, sem exclusão de outras possibilidades, em: análises de processos, análises de autos findos, relatórios de audiências, relatórios das atividades de órgãos forense, estudos de caso, fundamentações jurídicas, pesquisas

jurisprudenciais, pareceres jurídicos, cujas especificações virão em regulamentos próprios ou expedidos pela coordenação do NPJ.

II - Atividade Prática Jurídica Simulada, entendida como o conjunto das atividades relacionadas à Práticas Jurídica II, III e IV;

III - Atividade Prática Jurídica Real, consistente nas atividades desenvolvidas junto ao Serviço de Assistência Jurídica Gratuita, relacionadas às Prática Jurídica II, III e IV.

As três modalidades descritas são competências que compõem o Estágio Curricular Supervisionado e devem atender aos critérios estabelecidos no Regulamento Geral do Estágio para que os acadêmicos do Curso de Direito tenham o aproveitamento e aprovação na disciplina Estágio Curricular Supervisionado.

Nesta esteira, são considerados como requisitos de avaliação a forma de apresentação das atividades de estágio, os relatórios, as peças processuais, a exploração do tema proposto, a redação técnica, o uso da legislação, doutrina e jurisprudência, a presença do discente nas sessões de prática real e simulada, bem como respeitar os prazos para protocolo fixados pela coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Além dos requisitos retro mencionados, o aluno somente será considerado aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado se cumprir a totalidade das atividades designadas para cada semestre cursado, sendo que na hipótese de não cumprimento da totalidade das atividades de estágio e de acordo os requisitos formais exigidos, o aluno ficará em dependência na disciplina, devendo cumprir as atividades novamente no próximo semestre letivo disponível.

Assim, o Estágio do Curso de Direito, na busca do cumprimento de uma de suas finalidades sociais que é a prestação de Assistência Jurídica Gratuita, submete os acadêmicos a encontrar situações reais para serem solucionadas ou orientadas, objetivando diagnosticar, a situação processual dos legalmente necessitados para a escolha do remédio jurídico adequado, sob a orientação e responsabilidade do professor-orientador, sendo que o controle é feito por meio das atividades desempenhadas, além de sua presença para cômputo das 300 horas mínimas necessárias.

Com o envolvimento dos acadêmicos nas diversas etapas ou fases do processo, haverá um enriquecimento das experiências curriculares, através de sua participação em atividades jurídicas reais, tais como:

a) atividades práticas de negociação, conciliação e mediação;

b) atuação jurídica oral;

c) visitas orientadas;

d) análise de autos findos;

e) elaboração de textos, peças jurídico-legais, contestações, impugnações, requerimentos, alvarás, recursos e relatórios;

f) estudos e pesquisas das fontes formais de Direito (legislação, costumes, doutrina, jurisprudência) etc;

g) participação em audiências conciliatórias e de instrução e julgamento

Assim sendo, o estágio de iniciação profissional tem por finalidade oferecer ao profissional em formação (aluno) oportunidades de desenvolver experiências práticas e científicas no campo de atuação, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da profissão, aprimorando a sua capacidade criativa e a sua análise crítica, sendo que o

estágio é uma oportunidade de desenvolver no aluno a capacidade para a prática profissional, momento em que se consolida o aprender a fazer.

1.8. * Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.
Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

1.9. * Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.
Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

1.10. * Atividades complementares.
Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

O objetivo da presença das Atividades Complementares na Grade Curricular do Curso de Direito é o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante em atividades independentes do conjunto de componentes curriculares do curso, a saber: monitorias, programas de iniciação científica, estágios extracurriculares, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins e participação em eventos científicos, antes e/ou durante o tempo de sua presença no Curso.

O aproveitamento das Atividades Complementares deve ser aprovado pelo Colegiado competente que, em Edital próprio, dará ciência aos alunos interessados no assunto, sobre os procedimentos de aproveitamento de créditos estabelecidos, tudo com fundamento nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito que dispõe sobre os conteúdos necessários para a formação do aluno, ordenando-os em componentes curriculares ou atividades acadêmicas onde realiza o processo de ensino-aprendizagem.

Desse modo, as atividades complementares integram o processo de formação do aluno, permitindo que o mesmo seja integrado à experiências e vivências acadêmicas internas, como é o caso da Semana Jurídica ou externas ao curso, como é o caso de Congressos, Seminários, etc., visando contribuir para a construção do conhecimento e o desenvolvimento do raciocínio e da técnica jurídica; incentivar à prática de estudos independentes, à pesquisa e à iniciação científica; consolidar no aluno as habilidades e competências necessárias ao adequado desempenho profissional e acadêmico.

Segundo dispõe o Art. 8º da Resolução CNE/CES n° 9, de 29 de setembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, as atividades complementares são "componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por

avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade" e elas estão previstas na matriz curricular do Curso de Direito da FAECA – Dom Bosco, com carga horária mínima de 300 (trezentas) horas, sendo o seu cumprimento considerado obrigatório para a obtenção do diploma de bacharel em direito.

As atividades complementares deverão ser realizadas durante todo o Curso de Direito da FAECA – Dom Bosco pelos discentes devidamente matriculados, devendo ser apresentados à Secretaria Geral, responsável pelo controle, os certificados e/ou comprovantes das atividades complementares realizadas no sentido de serem validadas e integralizadas na carga horária total do curso, especialmente aquelas de cunho acadêmico, científico e cultural que possam contribuir para o exercício da cidadania e a formação profissional humanística e jurídica do discente.

Ademais, os saberes pedagógicos e as atividades docentes colaboram, com eficácia, para dotar o Currículo do Curso com esse espaço curricular que bem atende aos que prescreve e sugere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96).

Portanto, o objetivo é aproveitar conhecimentos previamente adquiridos é respeitar o ser humano com sua inteligência ímpar, e é também desejar trocar riquezas culturais entre si, estimulando a discussão sobre o cruzamento do saber, do poder e do querer, desenvolvendo a ética e a competência.

1.11. * Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

Os trabalhos de conclusão de cursos são norteados por um Regulamento, o qual tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com a Monografia Final do currículo pleno dos cursos de graduação da FAECA - Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível, indispensável para a colação de grau.

A monografia final consiste em pesquisa individual orientada em qualquer área do conhecimento jurídico, no âmbito do curso de graduação, a qual pode ser apresentada sob forma de texto, projetos, obras de arte e portifólios, dependendo das orientações dos respectivos Conselhos de Curso, sendo que no Curso de Direito sua exposição é obrigatória.

Os objetivos gerais do TCC são os de propiciar aos alunos dos cursos de graduação a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprofundamento temático e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do conhecimento adquirido.

Igualmente à regra geral, no Curso de Direito, trata-se de atividade obrigatória para a obtenção do grau de bacharel em Direito, que é formalmente iniciado no 8º período, com a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo que nos períodos precedentes são destinados à elaboração e apresentação da Monografia

Jurídica. O acompanhamento do desenvolvimento e do cumprimento do Projeto de Pesquisa, que resultará no Trabalho de Conclusão de Curso, será do Professor de TCC e do Orientador, sendo que o Professor de TCC será o responsável pela orientação metodológica, formal e estrutural da elaboração e apresentação do Projeto de Pesquisa, conforme as diretrizes previstas no Regulamento de Monografia da FAECA-Dom Bosco. Por sua vez, o professor orientador será responsável pela orientação específica, isto é, do conteúdo material do enfoque jurídico e interfaces do tema pesquisado. O professor orientador será escolhido pelo aluno e deverá acompanhar o Trabalho de Conclusão de Curso até a apresentação à Banca Examinadora.

A monografia jurídica, após finalizada e aceita em seus termos finais pelo orientador, será apresentada à Banca Examinadora em sessões públicas, abertas à comunidade acadêmica, sendo que após a apresentação será arquivada na Biblioteca da IES ou em local próprio a ser designado pela Secretaria Geral. Os Trabalhos de Conclusão de Curso considerados em nível de excelência pela Banca Examinadora, poderão, a critério do autor, ser encaminhados às editoras jurídicas. Importante destacar que a coordenação projeta dar maior propagação às apresentações com a organização de um Congresso Científico e também a coletânea dos textos em revista digital que será disponibilizada no site da FAECA-Dom Bosco.

1.12. * Apoio ao discente.

O Corpo Discente, no Regimento, assim se traduz: "Art. 60 – Constituem o Corpo Discente da Faculdade os alunos regulares, matriculados nos Cursos de Graduação [...], Pós-Graduação e Seqüenciais e, alunos especiais, os inscritos nos Cursos de Aperfeiçoamento, de Especialização ou de Extensão, ou em disciplinas isoladas de qualquer um dos Cursos oferecidos regularmente."

O aluno tem direito à orientação acadêmica e pedagógica de um e de todos os docentes de seu Curso, sempre que precisar.

A Instituição tem dispensado a devida atenção a alunos carentes de recursos econômico-financeiros. Quase toda a clientela discente é, de fato carente, por isso, as mensalidades já são ao alcance de quase todos os alunos.

As inadimplências são dialogadas e a Instituição sempre atende à situação real que cada aluno apresenta. Numa Instituição onde o objetivo maior é educar o cidadão, educar integralmente o ser humano, estar em dia com as obrigações financeiras da Escola é dever do cidadão.

Para tanto a FAECA Dom Bosco, disponibiliza profissional específico para os Projetos Sociais, coordenação geral para atendimento, solução ou encaminhamento das demandas, além do coordenador do curso e a equipe de técnicos administrativos devidamente treinados para proporcionar total apoio ao discente.

1.13. * Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

Nossa IES, desde sua implantação e início de funcionamento, vem percebendo a necessidade de assumir institucionalmente a avaliação, não só formal, como

também qualitativa. As medidas institucionais do agora nasceram e partiram da prática isolada de vários Professores e dos Departamento, garantindo desta forma à Instituição uma ação global e integrada em todos os níveis de decisão e de administração.

Criada no ano de 2004, atendendo aos critérios estabelecidos na Lei nº. 10.861, de 14 de abril do mesmo ano, a CPA - Comissão Permanente de Avaliação contando com elementos da comunidade acadêmica, administrativa e comunidade externa já vem subsidiando a Mantenedora, a Diretoria e ou a Coordenação Geral, na definição de ações afetas à Avaliação, com o objetivo de maior aproximação da praxis vigente no dia-a-dia aos pressupostos teóricos do Projeto Político Pedagógico Institucional.

Assim, os cursos de graduação são avaliados através do Projeto Político Pedagógico apresentado pelo coordenador, no qual são delineados os objetivos propostos e as competências e habilidades a serem construídas ao longo dos anos de duração dos mesmos.

Os instrumentos de avaliação utilizados são: os questionários de avaliação respondidos pelos alunos semestralmente, questionários respondidos pelos respectivos coordenadores e os relatórios elaborados pelos mesmos coordenadores e pelo coordenador geral da FAECA Dom Bosco de Monte Aprazível.

1.14. * Atividades de tutoria.

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

1.15. * Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

1.16. * Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

O processo de comunicação é de grande relevância, neste aspecto a FAECA Dom Bosco possibilita acesso à Tecnologia da Informação, por meio da liberação geral do sinal de wifi em toda a instituição, proporcionando condições de acesso ao portal do aluno, site institucional, acompanhamento das notas e registro de presença online, além de poder baixar os materiais disponibilizados pelos professores.

A Comunicação interna é feita por meio de recados, fixados nos murais tanto dos corredores como das salas de aula, além da rápida disseminação das informações por meio dos grupos e contatos do whatsapp.

A instituição disponibiliza computadores com acesso a internet, na biblioteca e laboratório de informática, dando condições de pesquisa e elaboração das atividades acadêmicas.

Para os professores, existe computador na sala dos professores, também na sala da coordenação, micros ligados em rede com acesso a internet e impressora, além do sinal de wifi possibilitando a conexão de celulares, tablets e notebooks.

1.17. * Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

1.18. * Material didático.

NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC.

NSA

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem, com a utilização de, no mínimo dois instrumentos, está sendo utilizada com fins de prognóstico, além das tradicionais funções de diagnóstico, classificação e controle vinculadas ao processo de aprendizagem que servirá de critério de retro-alimentação e aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem, pensada como um processo contínuo e sistemático de reorganização e reorientação, para que os discentes e docentes possam trabalhar de maneira a obterem a máxima produtividade na apreensão do conteúdo e aplicação prática no cotidiano profissional.

A ênfase no processo de avaliação não fica centrada somente nos resultados (respostas certas ou erradas), mas também, com relevante importância, de como o aluno chegou a tais respostas, tanto as certas quanto as erradas. Isto significa considerar que o conhecimento assimilado pelo acadêmico, num dado momento de sua experiência de vida e no processo educativo é apenas um estágio de um processo de superação permanente, daí que a auto-avaliação ocupa um lugar de destaque nessa metodologia de avaliação da aprendizagem.

As avaliações de uma mesma disciplina são feitas desde perspectiva sistemática e tratam de manter uma relação de complementaridade com as utilizadas pelas demais disciplinas da série e de outros semestres, procurando em todos os níveis e formas uma atuação reprodutiva-aplicativa, produtiva e criativa, tanto no plano cognitivo como no instrumental, sendo planejadas a partir de objetivos pré-estabelecidos (sistema de avaliação) tais avaliações tem que exigir do aluno a utilização de conhecimentos e competências na solução de problemas (teóricos e práticos) apresentados pelo professor; desse modo fica diminuído o número de avaliações simples e meramente reprodutivas.

Regimentalmente, a avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas. Para casos especiais de doença prolongada e gravidez, são garantidos os direitos a continuidade das atividades escolares em âmbito domiciliar, excetuando-se os estágios.

O aproveitamento escolar é avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares. Compete ao professor da disciplina elaborar esses exercícios os exercícios escolares, sob a forma de provas, testes ou outras formas de verificação do aprendizado e determinar os demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados, de acordo com os princípios éticos do ensino.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa com base em notas graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de décimos, a qual deverá ser feita através de no mínimo dois instrumentos de avaliação por bimestre letivo. Ressalvadas as hipóteses dispostas no Regimento Geral, atribui-se a nota zero ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista na data fixada, bem como ao que nele se utilizar meio fraudulento.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

a) Independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7 (sete) como resultado da média aritmética das notas dos exercícios escolares realizados no período letivo.

b) Mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7 (sete), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média aritmética entre a nota dos exercícios escolares realizados durante o período letivo e a nota obtida como resultado do exame final.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado, na disciplina, o aluno que não obtiver frequência de, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas. A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor, e o seu controle, da Secretaria Geral.

O aluno reprovado por não ter alcançado a frequência ou as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas no Regimento Geral.

Portanto, será considerado aprovado o aluno que tiver frequentado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares programadas e obtiver nota igual ou superior a 7 na média das avaliações parciais ou 5 (cinco) quando submetido aos exames finais, conforme consta do Regimento Escolar da FAECA Dom Bosco de Monte Aprazível.

1.20. Número de vagas.

O curso de bacharelado em Direito da FAECA Dom Bosco de Monte Aprazível possui autorizadas 120 vagas para ingresso anual.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino.

Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.

NSA

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).

Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

NSA

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.

Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

NSA

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas.

Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.

- Alexandre de Souza Matta - 070.539.888-99 – Integral - Mestrado
- Fernando Vidotti Favaron - 202.763.668-40 – Integral – Mestrado - presidente
- Marcelo de Oliveira Burgati - 080.738.068-78 – Parcial - Mestrado
- Rubens Alexandre da Silva - 033.077.118-30 – Integral - Doutorado
- Stênio Augusto Vaques Baldin - 309.199.958-02 – Parcial - Doutorado

2.2. Equipe multidisciplinar.

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

2.3. Atuação do coordenador.

O Prof. Fernando Vidotti Favaron, possui Graduação em Direito - Faculdades Integradas Riopretense (1995), Especialização em Direito das Obrigações - Universidade Estadual Paulista-UNESP (1999) e Mestrado em Direito - Universidade de Marília (2008). Atualmente é Professor no Curso de Direito e Supervisor de Estágio do Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP; Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Educação Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível - FAECA; Foi professor no Curso de Direito do IMES de Catanduva; Foi colaborador do CESPE/UNB para a correção do Exame de Ordem Unificado até 2010. Tem experiência na área de Direito com ênfase em Processual Civil e Processual do Trabalho. Advogado militante em São José do Rio Preto-SP.

O coordenador é o principal articulador do curso, coordenando as atividades pedagógicas, atuando diretamente no atendimento e resolução de problemas junto aos alunos e a comunidade em geral, está Há 12 anos na Instituição, sendo 08 anos como coordenador do NPJ e há 04 anos na coordenação do curso de Direito, designado por Portaria pelo Diretor da instituição sendo o responsável pelo Curso, dentre outros atributos, possui um grande comprometimento o desenvolvimento do Curso, por meio de gestão eficaz, crítica, reflexiva, flexível e proativa, estimulando padrões mais elevados de desempenho de todo o corpo docente e corpo discente de seu Curso.

O Prof. Fernando Vidotti Favaron, Coordenador de Curso de Direito, além de 22 (vinte e dois) anos dedicados ao exercício da advocacia plena, possui experiência profissional na área da educação superior a 20 (vinte) anos de experiência de magistério superior, sendo que desses, 18 (dezoito) anos de gestão acadêmica.

2.4. Regime de trabalho do coordenador de curso.

O prof. Fernando Vidotti Favaron é contratado formalmente e possui dedicação integral ao curso de direito da FAECA Dom Bosco.

2.5. Corpo docente: titulação.

- Abílio Moacir de Azevedo - 049.190.411-87 – Parcial - Mestrado
- Alexandre de Souza Matta - 070.539.888-99 – Integral - Mestrado
- Angel Rafael Marino Castellanos - 217.664.088-85 – Parcial - Doutorado
- Armando Cesar Dutra da Silva - 076.523.968-08 – Parcial - Especialização
- Carlos Henrique Mallmann - 037.086.729-76 – Parcial - Mestrado
- Daniel Cardena Miranda - 355.823.378-65 – Parcial - Especialização
- Denio Silva The Cardoso - 367.583.703-30 – Parcial - Especialização
- Fernando Vidotti Favaron - 202.763.668-40 – Integral - Mestrado
- Herbert Luis da Costa - 261.711.488-06 – Parcial - Mestrado
- João Santa Terra Junior - 260.962.838-29 – Parcial - Mestrado
- José Carlos Damasceno - 069.374.588-60 – Parcial - Mestrado
- Luiz Donato Silveira - 608.628.158-00 – Parcial - Especialização
- Marcelo de Oliveira Burgati - 080.738.068-78 – Parcial - Mestrado

- Marcelo Mascaro - 183.161.268-26 – Parcial - Especialização
- Marcio Henrique Morais - 076.490.638-01 – Parcial - Mestrado
- Mauricio Arruda - 736.543.968-87 – Parcial - Especialização
- Mayrton Pereira Marinho - 141.952.808-42 – Parcial - Mestrado
- Nilson de Paula Resende - 745.321.626-53 – Parcial - Doutorado
- Roberto Ribeiro de Almeida - 256.920.248-70 – Parcial - Mestrado
- Rodolfo Souza Paulino - 102.891.888-73 – Parcial - Mestrado
- Rubens Alexandre da Silva - 033.077.118-30 – Integral - Doutorado
- Stênio Augusto Vaques Baldin - 309.199.958-02 – Parcial - Doutorado
- Vinicius Almeida Domingues - 084.970.438-39 – Parcial - Especialização

2.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

- Abílio Moacir de Azevedo - 049.190.411-87 – Parcial - Mestrado
- Alexandre de Souza Matta - 070.539.888-99 – Integral - Mestrado
- Angel Rafael Marino Castellanos - 217.664.088-85 – Parcial - Doutorado
- Armando Cesar Dutra da Silva - 076.523.968-08 – Parcial - Especialização
- Carlos Henrique Mallmann - 037.086.729-76 – Parcial - Mestrado
- Daniel Cardena Miranda - 355.823.378-65 – Parcial - Especialização
- Denio Silva The Cardoso - 367.583.703-30 – Parcial - Especialização
- Fernando Vidotti Favaron - 202.763.668-40 – Integral - Mestrado
- Herbert Luis da Costa - 261.711.488-06 – Parcial - Mestrado
- João Santa Terra Junior - 260.962.838-29 – Parcial - Mestrado
- José Carlos Damasceno - 069.374.588-60 – Parcial - Mestrado
- Luiz Donato Silveira - 608.628.158-00 – Parcial - Especialização
- Marcelo de Oliveira Burgati - 080.738.068-78 – Parcial - Mestrado
- Marcelo Mascaro - 183.161.268-26 – Parcial - Especialização
- Marcio Henrique Morais - 076.490.638-01 – Parcial - Mestrado
- Mauricio Arruda - 736.543.968-87 – Parcial - Especialização
- Mayrton Pereira Marinho - 141.952.808-42 – Parcial - Mestrado
- Nilson de Paula Resende - 745.321.626-53 – Parcial - Doutorado
- Roberto Ribeiro de Almeida - 256.920.248-70 – Parcial - Mestrado
- Rodolfo Souza Paulino - 102.891.888-73 – Parcial - Mestrado
- Rubens Alexandre da Silva - 033.077.118-30 – Integral - Doutorado
- Stênio Augusto Vaques Baldin - 309.199.958-02 – Parcial - Doutorado
- Vinicius Almeida Domingues - 084.970.438-39 – Parcial - Especialização

2.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior.

NSA para cursos de licenciatura.

Todos os professores do curso de Direito da FAECA Dom Bosco, possuem ampla experiência e atuação profissional, a seguir destaca-se alguns

- Prof. João Santa Terra – Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, com atuação no GAECO e na Promotoria de Fernandópolis. Mestre em Direito pela USP e Doutorando pela Universidade da Espanha. Leciona Direito Penal.
- Prof. Dênio Silva Thé Cardoso – Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São José do Rio Preto. Leciona Direito Processual Civil.
- Prof. Marcelo Mascaro – Historiador, Advogado, Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Poloni-SP. Leciona Direito Eleitoral e História do Direito.
- Prof. Marcelo Burgati de Oliveira – Coronel reformado da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Mestre em Direito. Leciona Direito Penal e Medicina Forense.
- Prof. Márcio Henrique Morais – Tabelião do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Município de Macedônia, Comarca de Fernandópolis, Estado de São Paulo. Leciona Direito Empresarial.
- Prof. Herbert Luis da Costa – Sargento da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Mestre em Direito. Leciona Direito Constitucional.
- Prof. Angel Rafael Mariño Castellanos – Assessor pedagógico em várias instituições de ensino. Doutor em Direito pela USP. O prof. Angel agrega de forma muito positiva as suas experiências internacionais ao curso, lecionando disciplinas propedêuticas.
- Prof. Nilson de Paula Resende – Sacerdote da Igreja Católica (Padre). Doutor em Teologia Moral pela Pontificia Universitas Lateranensis, Vaticano.
- Todos os demais Professores, específicos das disciplinas de direito atuam como Advogados.

2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica.

Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.

NSA

2.9. Experiência no exercício da docência superior.

Todos os professores do curso de Direito da FAECA Dom Bosco possuem experiência na docência do Ensino Superior, conforme tabela a seguir:

2.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância.

NSA para cursos totalmente presenciais.

NSA

2.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.

NSA para cursos totalmente presenciais.

NSA

2.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente.

O modelo de gestão pretendido pela Faculdade consubstanciará a vivência do planejamento da gestão compartilhada, da avaliação institucional viabilizada pela prática da descentralização de decisões e de ações acadêmico-administrativas.

A Faculdade faz sua opção pela co-participação no processo de concepção de sua ação, gerenciamento e avaliação que lhe são afetos, e definição de metodologias de planejamento, na implementação de atividades, na análise dos resultados. Isto vem significar que a Instituição se orientará pela prática de ações permanentemente referendadas em decisões compartilhadas pela Comunidade Acadêmica, como condição indispensável à construção de um Projeto de Instituição de Ensino Superior que se crê como Unidade Democrática, e, por esse motivo, aberta à diversidade, e potencializadora de uma formação de caráter multicultural.

Tanto o docente quanto o discente partilham da vida acadêmica na estrutura organizacional da Faculdade.

A Faculdade concebe algumas estratégias que envolvem toda a família acadêmica na construção e no aprimoramento de seu Projeto Pedagógico Institucional: o fortalecimento das unidades acadêmicas mediante a delegação de competências para gestão compartilhada, possibilitando o acesso e a apropriação de informações, viabilizando iniciativas dos docentes, dos discentes e dos técnicos administrativos; instalação de canais permanentes de comunicação entre a administração e a comunidade acadêmica, criando grupos especializados para efeito de assessoramento e cooperação acadêmica e administrativa em atividades de organização, planejamento, pesquisa institucional, gerenciamento de projetos e avaliação institucional.

O Regimento reflete este entendimento e o concretiza, ao prever modos de intervenção em todos os Órgãos Colegiados, concebidos como espaços próprios à participação da comunidade acadêmica e ao exercício da gestão participativa.

2.13. * Titulação e formação do corpo de tutores do curso.

NSA para cursos totalmente presenciais.

NSA

2.14. * Experiência do corpo de tutores em educação a distância.

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

2.15. * Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.

Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

NSA

2.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

3. INFRAESTRUTURA

3.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador.

3.3. Sala coletiva de professores.

NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.

A sala dos professores da FAECA Dom Bosco está localizada na sala 14 do bloco administrativo, possuindo aproximadamente 60 metros quadrados de área física, contando com:

- 04 mesas, 16 cadeiras, 03 sofás para convívio coletivo e TV;
- 112 escaninhos para os professores e 09 para coordenadores;
- 03 quadros de avisos;
- Pequena copa com pia, geladeira, microondas, máquina de café expresso e bebedouro;
- Conjunto com 05 sanitários masculinos e 05 sanitários femininos, com pia, sofá e espelho;

3.4. Salas de aula.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.

A FAECA Dom Bosco oferece sinal wifi aberto, possibilitando aos alunos, professores e funcionários o acesso a internet por meio de celulares, tablets ou notbooks.

A Biblioteca da instituição, como todo espaço acadêmico-pedagógico, está informatizado, abrigando computadores para pesquisa e desenvolvimento de suas atividades**.**

A faculdade conta com laboratório de informática de uso comum, com acesso a internet, além de mesas disponíveis para utilização de notebooks, atendendo alunos e professores, possibilitando aulas e/ou pesquisas.

Todos os Computadores da Instituição funcionam em Rede e, em cada setor possui funcionário devidamente qualificados para esse tipo de trabalho.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

A bibliografia básica atende ao critério de análise recomendado pelo MEC - Bibliografia Básica
Conceito 3: mínimo três títulos por u./c... **um exemplar** para **10 a menos de 15 vagas** anuais/ **de cada uma das unidades curriculares**... **Informatizado e Tombado.**

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).

Critério de Análise – Bibliografia Complementar
Conceito 3: ... **três títulos** por unidade curricular, **com dois exemplares** de cada título **ou** com **acesso virtual."**

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica.

NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.

NSA

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica.

NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC.

As informações sobre laboratório de formação específica, estão descritas no 3.15 Núcleo de práticas jurídicas.

3.10. * Laboratórios de ensino para a área de saúde.

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos.

NSA

3.11. * Laboratórios de habilidades.
Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

NSA

3.12. * Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.
Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

NSA

3.13. * Biotérios.
Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

NSA

3.14. * Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).
NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC.

NSA

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.
Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

A IES mantém um local próprio, o NPJ - NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA, obedecendo a proposta da Prática Jurídica e o respectivo regulamento de estágio.

Importante ressaltar que a Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível, desde sua primeira Turma de Direito, instalou na data de 11 de Agosto de 2009 e mantem até os dias atuais o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, para se fazer cumprir a Resolução CNE/CES n° 9 de 29 de setembro de 2004, tendo por finalidade o cunho acadêmico, onde o discente do Curso de Direito, para concluir o estudo, está obrigado a passar por ele.

É consenso jurídico, educacional e social a importância da instalação e funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica, pois, além de possuir o caráter

acadêmico, contribui para a boa formação do futuro profissional de Direito, onde o mesmo irá aplicar seu conhecimento aprendido em sala de aula, na prática forense. As atividades forenses a serem desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica são realizadas, entre outras formas, por meio da prática real das demandas judiciais que se originam na prestação de **Assistência Jurídica Gratuita** à população economicamente carente, ou seja, àquelas pessoas que comprovarem não reunir condições de pagar os honorários advocatícios e as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento e do familiar, conforme dicção da Lei nº 1.060/50 e do novel Art. 98 do CPC, confirmando assim à sua importância social.

Pode-se concluir, portanto, que o Núcleo de Prática Jurídica quando executa a função tanto de consulta como da própria assistência jurídica, serve para contribuir na formação de um bom profissional do Direito, oportunizando que o acadêmico sinta na prática como funciona sua profissão.

Ademais, o Curso de Direito, desde seu início, buscando sempre viabilizar novas fronteiras jurídicas aos seus discentes, firmou **parcerias** e **convênios** com grandes instituições do mundo jurídico, em especial o Convênio com o **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** para implantação e desenvolvimento de atividades de conciliação/mediação junto ao **CEJUSC** – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do foro da Comarca de Monte Aprazível, abrindo-se a oportunidade para que os alunos do Curso de Direito, juntamente com os Professores da IES, pudessem atuar nessa seara do Direito.

Não menos importante foi o Convênio firmado com a **Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, por meio do qual foi instalado o primeiro Núcleo de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo – NARF junto a uma Instituição de Ensino Superior, cujo objetivo é a regularização fundiária de loteamentos irregulares. Além dessa atuação regularizadora, o convênio prevê o atendimento de causas na área de família, sendo que ao total são 90 casos mensais distribuídos em Regularização Fundiária e Ações de Família. Todos os casos são distribuídos aos professores do Curso de Direito com atuação junto ao Núcleo de Prática Jurídica, à exceção do coordenador do NPJ, auxiliados pelos alunos(as) como estagiários(as), ou seja, é uma forma excepcional destes obterem desenvolvimento prático-profissional.

Além desses convênios, a Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível, por intermédio do Curso de Direito e do Núcleo de Prática Jurídica, mantém convênio com o **Ministério Público Federal**, **Ministério Público do Trabalho** e **Prefeitura Municipal de Monte Aprazível** no sentido de viabilizar e selecionar estagiários do Curso para atuarem em respectivas repartições públicas, sendo que para estágio no Ministério Público somente são selecionados alunos das instituições conveniadas.

3.16. * Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

NSA

3.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).

Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

NSA